

A Festa é para a semana!



festa do
Avante!



Suplemento

GI NÁS TICA Internacional

A tua ajuda
na Ajuda
vai ser
decisiva!

De amanhã a oito dias começa a Festa. Os próximos sábado e domingo serão de uma importância muito grande para a preparação do seu êxito — a tua ajuda na Ajuda vai ser decisiva!

Pág. 4

Os «silêncios» e os silenciadores

Ler Editorial na pág. 2



FMI

Alternativa ao acordo OU alternativa à política?

Suplemento

Patronato à solta

Pág. 7

OS artistas da Festa

Em Separata
Os artistas portugueses na Festa

SERGIO GODINHO

SEMANA

24

Quarta-feira

O Banco de Portugal divulga relatório no qual se afirma que se acentuou em 1982 a fuga de capitais em Portugal, o que terá contribuído largamente para o agravamento do desequilíbrio externo da economia portuguesa. ■ A direcção da agência noticiosa NP reconhece haver sido forçado por aquela entidade um telex falso enviado para a Anop em nome do PPM, anunciando a expulsão desse partido de dois destacados monárquicos. ■ O Presidente angolano José Eduardo dos Santos define como tarefa prioritária perante a situação que se vive em Angola a «defesa armada do povo». ■ Director dos serviços comerciais da EPAL confirma que as tarifas de consumo de água na área de Lisboa vão ser aumentadas de 20 por cento a partir do início de Setembro. ■ Análise económica divulgada em Colónia pelo Commerzbank revela que o desemprego nos países capitalistas continuará a aumentar até, pelo menos, 1985.

25

Quinta-feira



Thomas Sankara

Iniciada a discussão pública do diploma governamental do «lay-off», a CGTP acusa o Governo de, com esta iniciativa, pretender dar ao patronato poderes para instaurar o estado de sítio nas empresas. ■ Toma posse, no Alto-Volta, um novo Governo saído da movimentação que afastou do poder o major Quadreogo, tendo o capitão Sankara assumido o cargo de chefe do Estado. ■ O Secretariado do CC do PCP anuncia que os deputados comunistas não participarão na próxima Conferência da UIP se a mesma vier a realizar-se em Seul. ■ Aumentam pela segunda vez no ano corrente os preços do queijo e da manteiga na Região Autónoma dos Açores. ■ O embaixador da Hungria em Portugal oferece recepção por ocasião das despedidas daquele diplomata que cessa as suas funções em Lisboa.

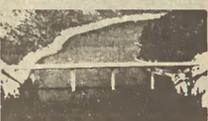
26

Sexta-feira

O presidente soviético Iuri Andrópov anuncia em entrevista ao jornal «Pravda», que a União Soviética está disposta a destruir todos os seus mísseis colocados na Europa, que excedam o número de mísseis britânicos e franceses, em caso de acordo que inclua a renúncia pelos EUA de instalação de novos mísseis na Europa. ■ Mário Soares avista-se em Roma com o enviado de Reagan para o Médio Oriente, Robert MacFarlane. ■ A Comissão Política do PSD pronuncia-se contra a criação de qualquer município na sequência de «actos de pressão», em clara alusão ao caso de Vizela. ■ Comemora-se o 17.º aniversário do início da luta armada pela independência da Namíbia, liderada pela SWAPO. ■ José Eduardo dos Santos, presidente angolano, põe condições a uma eventual retirada das tropas cubanas em Angola, fazendo depender a decisão, no fundamental, do fim das agressões sul-africanas e do auxílio dos racistas à UNITA.

27

Sábado



Finalmente a ponte

É inaugurada a Ponte de Avaro, estabelecendo finalmente a comunicação rápida entre a Beira Alta e a Beira Baixa, no rio Zêzere, no concelho de Oeiras, Castelo Branco. ■ O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, afirma em Luanda rejeitar a política apadrinhada pelos EUA para o problema da Namíbia, que faz depender a independência do território da retirada dos cubanos de Angola. ■ Trabalhadores andaluzes ocupam quatro herdades na província de Sevilha, havendo participado na ocupação de mais de nove mil hectares cerca de 2500 trabalhadores que reclamam a realização de uma Reforma Agrária. ■ Mário Soares regressa a Portugal após viagem à Grécia e à Itália, onde se encontrou com os respectivos primeiros ministros, para além de ter gozado metade do tempo em cruzeiro no Mar Egeu.

28

Domingo

Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, afirma em comício realizado em Viana do Castelo que a chamada lei do «lay off» constitui uma «verdadeira declaração de guerra a quem trabalha». ■ Menahem Begin, Primeiro-Ministro de Israel ameaça demissão, em manobra para reforçar as suas posições no interior da coligação de direita que governa o país. ■ No 1.º Encontro das Vindimas que decorre no Mercado Municipal da Régua, os trabalhadores agrícolas da região do Douro aprovam caderno reivindicativo reclamando o aumento das jeiras.

29

Segunda-feira



Begin manobra

Um numeroso grupo de personalidades assinam e divulgam uma proclamação-apele, exortando os portugueses a participar em várias iniciativas a favor da Paz e do Desarmamento, anunciando que estão já previstas Marchas da Paz nas cidades de Lisboa, Porto, Évora e Beja. ■ O primeiro-ministro de Israel adia a decisão sobre a sua anunciada demissão, procurando obter apoios na forma de «manifestações» e «mensagens». ■ A administração da Setenave anuncia que o prazo concedido ao armador Thyssen para tomar posse do superpetroleiro S-106, acabado dentro do prazo previsto, termina amanhã. ■ O chefe do Governo italiano, o socialista Craxi, sublinha o interesse das propostas soviéticas a favor do desarmamento.

30

Terça-feira

Reunidos em plenários, os trabalhadores da EPAC debatem a nova proposta de revisão salarial (ACT), a apresentar à administração da empresa. ■ Em conferência de Imprensa, a CIP, organismo dos patrões da indústria, tece elogios ao programa do Governo, onde vê apenas algumas «deficiências», lamentando que nada diga a propósito das «indenizações» verdadeiras a pagar aos ex-litulares de bens nacionalizados. ■ O insólito acontece também no Instituto Português do Património Cultural (IPPC): depois de estar já dado como perdido, bloqueando assim a investigação arqueológica deste ano em vários pontos do País, foi finalmente encontrado o Plano que refere as verbas pomenorizadas para trabalhos arqueológicos, em 81 estações, num total de 14 mil contos. ■ Num atentado realizado numa rua de Santiago, é morto a tiro o chefe da polícia da capital chilena, general Carol Urzua Ibañez, de 57 anos. ■ Vítimas do bombardeamento com granadas-foguete contra a Embaixada de França, na capital libanesa, morreram em Beirute 2 soldados franceses integrados na força multinacional. ■ Segundo um elemento do seu Governo, H. Habré recusa a proposta de G. Weddei, da GUNT, para conversações sobre a reconciliação definitiva e sincera do Tchad. «Não reconhecemos o Governo rebelde, pelo que não podemos falar com quem não existe», comentou o ministro da Defesa de H. Habré.

Editorial

OS «SILÊNCIOS» E OS SILENCIADORES

Os portugueses na sua maioria já estão suficientemente esclarecidos acerca dos «100 dias» do Governo Soares/Mota Pinto e da bondade das celebradas «100 medidas» do programa eleitoral — bestialmente anti-AD — do PS.

Como se sabe Soares deu-lhe de repente para fazer um tardio «diagnóstico da crise» que outros, em primeiro lugar o PCP, já haviam feito com toda a consequência e objectividade. Soares «fez» o seu «diagnóstico» mas falhou rotundamente nas receitas e na terapia.

De facto, quanto às «100 medidas» não vale a pena falar mais nisso. Tratava-se de medidas cuja essência era a negação da realidade social concreta, sem relação intelecível com os problemas nacionais mais quentes, um formulário vago que a situação posterior e a prática dos actuais governantes puseram definitivamente a nu.

O nosso povo já os conhecia, aos «novos» governantes, na sua maior parte — já lhes conhecia, pelo menos, a fisionomia política e de classe, embora um grande número de cidadãos a tivesse perdido já de vista nas dobras do caminho e alguns, mais benévolo, lhes tivessem passado mesmo uma esponja por cima dos pecados e lhes dessem o voto.

Mesmo gente de boa fé chegou a acreditar que na rota de desastre aberta pela «AD», Soares era a «mudança» e muitos chegaram mesmo a escandalizar-se com o que chamaram «denúncias e ataques muito duros» (a Soares) da parte do PCP. A realidade aí está!

Em 75 dias o Governo dirigido por Soares fez aquilo que em três anos de lavrança os governos «AD» não tinham conseguido fazer, isto é, retirar troçoços de montã política de recuperação capitalista, insuflar oxigénio para fazer avançar o plano restauracionista dos monopólios e da direita.

Quem não tem a memória curta sabe que todos os actuais ocupantes das cadeiras ministeriais têm culpas no cartório, têm responsabilidades mais ou menos graves, mais ou menos directas — a começar por Soares e Mota Pinto — na crise que se abateu sobre o País, particularmente nos últimos 7 anos.

É divertido vê-los hoje sacudir a água do capote, enjertar as culpas. A responsabilização não é com eles, não senhor.

O que tem acontecido de mau neste país nos últimos anos ou vem de fora ou é satânica herança do «gonçalvismo» ou, sempre, o resultado da actividade «desestabilizadora» do PCP... As vezes lá vão até à responsabilização dos seus próprios parceiros de partido ou de área política que os antecederam, uns «marotos» que lhes passaram para as mãos, com eleições ou sem elas, e antes de tempos, o leme do Governo!

Deles próprios, as suas «descomprometidas» pessoas, não senhor, não é a culpa...

E agora, coitados, aí têm o menino nos braços, aí têm de pôr «corajosamente» em prática medidas impopulares de austeridade, antipáticas mas inevitáveis, que os antecessores não tiveram «coragem» de impor. Ai têm eles de «salvar» o País, sacando uns salvadores dólares à banca internacional, nomeando entre si, provavelmente — a doença do cão cura-se com o pelo do mesmo cão — uma «alta autoridade» contra a corrupção, cortando despesas a quem quase não tem nada para dispendir, etc.

Com a situação desgraçada como está — dizal Soares com a pureza dos inocentes — temos de desvalorizar o escudo, aumentar as taxas de juro e diminuir o emprego, cortar subsídios de incidência social, diminuir a produção, contrair um novo grande empréstimo ao FMI, impor a austeridade. Já tinha dito o mesmo em 76 e 77.

Ciara, e criar condições de confiança interna e externa para o investidor. E para isso nova lei dos sectores, para já a abertura da banca, dos seguros, dos cimentos e dos adubos à iniciativa privada (aos Mellos que tanto o ajudaram no «exílio» de S. Tomé, aos Bulhosa que tanto o ajudaram no exílio de Paris, etc.).

Logicamente, a CIP é mais consequente: Ferraz da Costa e Moraes Cabral dizem abertamente que é impossí-

vel recuperar a economia sem desnacionalizar as empresas, sem alterações profundas na agricultura, na legislação laboral com as leis dos despedimentos e da greve, sem a revisão de «alto abaixo» da lei das férias, feriados e faltas e, no caso da construção civil, a revisão da lei das rendas.

E o CDS, com a proposta de Lucas Pires aos seus pares do partido para a próxima sessão da AR, dá-lhe o corolário institucional e político adequado: uma nova revisão da Constituição na matéria económica com base na maioria parlamentar de quatro quintos. Quatro quintos em que inclui obviamente o PS...

Morais Cabral diz mesmo que tudo o que se mudou antes foi as bordas e não o cerne da Constituição. Em todo este processo de destruição do regime democrático, compreensivelmente, o PCP é um obstáculo e também um espinho na consciência, em especial de Soares.

«O PCP é antidemocrático, só sabe dizer mal, não é alternativa para resolver a situação actual, é um agente de desestabilização» — costuma dizer o Primeiro-Ministro.

No Algarve, nos princípios de Agosto, diante do olho da TV e das calmas águas algarvias mas com os cabelos em pé, Mota Pinto troyava ameaçador: o PCP tem um plano de desestabilização lá para Setembro e Outubro. Os comunistas vão aproveitar-se das dificuldades para fazer greves. E coisas assim...

O ministro Álvaro Barreto também fez as suas profecias: «O PCP para fins de Setembro e Outubro prepara-se para criar graves situações de instabilidade política e social».

Eles lá sabem o que tramam para Setembro e Outubro. Mas o PCP é que é o alma danada para esse sombrio Outono soarista.

O anticomunismo mais estafado é um complemento conhecido e necessário da política destes fautores da recuperação capitalista, das inspirações secretas dos seus elementos fascizantes.

Na imprensa da direita e da extrema-direita os ataques ao PCP são o pão de «perspicazes» analistas. Noutras áreas da comunicação social o anticomunismo é mais subtil, veste-se de erudições ideológicas ou de altas especulações políticas.

Um «anotador» de um órgão da imprensa estatizada, apagada figura das mesas redondas televisivas, escrevia mesmo há dias: «Há quem pense que o PCP não quer desperdiçar numa época tradicionalmente calma os seus trunfos e que os guarda para a rentrée, ou seja, em coincidência com a Festa do «Avante!».

Depois de falar no «silêncio com que o PCP tem acompanhado várias decisões do Governo que afectam designadamente o magro poder de compra dos portugueses» que ele atribui a uma moderação táctica, diz mais à frente: «O PCP tem seguido uma linha de conduta diferente: aprofundar a contestação num crescendo que tem o seu momento alto na Festa do «Avante!».

Como se vê, as mesmas palavras de Mota Pinto e Barreto burladas pela caneta e sem cabelos ao vento...

E parece que a Festa do «Avante!» causa engulhos a certa gente.

Principalmente, aquela do «silêncio do PCP» é deliciosa...

O «anotador» tem os ouvidos tapados. No órgão estatizado, pluralista por exigência constitucional, de que ele é um dos responsáveis, os documentos do PCP, as numerosas intervenções políticas de dirigentes do PCP são, de facto, silenciados.

Mas às ninharias do «falt-divers», às opiniõeszinhas de gente sem representatividade é dada larga cobertura.

Na TV a coligação governante reparte os cargos (por enquanto o PS parece que ganha ao PSD por três a dois na escandalosa repartição das postas e das encomendas dos programas) e organiza com refinamento o «silêncio» do PCP.

Grandes realizações de massas de iniciativa dos comu-

nistas são completamente ignoradas ou às vezes lá dão um grande plano do orador, mas mudo, e de uma ou outra zona despopovada e insignificante.

Na Rádio estatizada o principal canal informativo faz a sua manelra o «silêncio do PCP».

Entretanto, todos eles silenciam que mesmo nesta «época tradicional calma» o PCP «vive» por todo o País. Em festas, em sessões, em grandes plenários de massas, dirigentes do PCP contactam diariamente com o povo, explicam e debatem as propostas políticas do Partido, dão a conhecer as soluções que os comunistas preconizam para os grandes problemas nacionais e para os problemas do difícil dia-a-dia dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, das mulheres, dos jovens, dos intelectuais, dos reformados, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, do «povo miúdo» da época actual.

Eles bem querem silenciar o PCP mas o PCP não está calado — é impossível calar a voz dos comunistas que encontra profundo eco no coração das massas populares.

Lá onde se luta; lá onde os trabalhadores se organizam e mobilizam pela elevação dos seus salários e das suas condições de vida, contra o desemprego e os salários em atraso, contra a repressão estatal e patronal; lá onde os agricultores exigem preços justos para os seus produtos, onde protestam contra o elevado custo dos factores de produção, onde exigem auxílio financeiro e técnico, contra a seca, as epizootias, as geadas, etc. Lá onde se luta pela paz, lá onde os portugueses defendem a democracia, aí estão os comunistas.

Em Setembro e Outubro como em Janeiro ou Maio ou Agosto, sempre que uma resposta tenha que ser dada à política antipopular e antinacional dos governantes, lá estará a voz intererata, o esforço mobilizador e a acção do PCP.

Sim, o PCP não está na maioria parlamentar que o povo quis que fosse democrática nas eleições de Abril e que o PS constituiu com o principal partido reaccionário da defunta «AD» traindo o voto popular. Soares e a sua gente bandearam-se com a direita.

A nova maioria «AD» encabeçada pelo PS «silenciou» na AR as propostas legislativas do PCP, pôs em férias forçadas o debate político parlamentar para impedir não somente o PCP e a oposição de criticarem os actos e a política de direita dos actuais governantes como o impediram de submeter à AR e ao Povo português as propostas de alternativa política à coligação da continuidade governante «AD» que se senta no Poder, e que já não tem hoje, a olho nu, a base política e eleitoral que a guindou.

Sim, o PCP defende outras soluções, outra saída para a crise, diferente e oposta à política de suicídio nacional praticada pelos governos da direita e agora pelo Governo PS/PSD.

E não as defende apenas hoje: o PCP foi o único partido que em grandes reuniões especializadas, congressos e conferências tem avançado propostas realistas para arranjar Portugal da crise, que tem apontado o caminho difícil mas viável para uma autêntica recuperação económica e financeira do País, para a elevação das condições de vida do Povo português, para a salvaguarda da Independência nacional.

O PCP tem insistentemente afirmado que há uma outra alternativa à política suicida e ao Governo actual e que há na sociedade portuguesa forças capazes para a impor e levar avante, nas quais de maneira indispensável se incluem os comunistas.

Por outro lado perdem o seu tempo os que pensam intimidar o PCP. As ameaças mesmo de cabelos no ar nunca fizeram nem nunca farão recuar os comunistas.

Hoje, como ontem, na primeira linha dos combatentes da democracia, dos defensores da legalidade democrática e das conquistas de Abril, na primeira trincheira dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo, aí estão e estarão os comunistas.

Por muito que se danem os «salvadores» da direita e os seus «sócios» «anotadores» da comunicação social «pluralista».

Falsa «consulta» do Governo às autarquias

No passado dia 26, a SIP do PCP distribuiu a seguinte nota:

O Governo tem anunciado repetidamente que vai proceder a alterações ao regime legal das autarquias e que sobre essas alterações está em curso uma «consulta» aos órgãos do Poder Local.

Sobre esta questão, a SIP do PCP considera necessário salientar o seguinte:

1. O Governo afirma que está a realizar uma «consulta» às autarquias mas não enviou os projectos de decretos-lei que pretende aprovar ao abrigo da lei de autorização legislativa que obteve dos deputados que

apoiam o Governo na Assembleia da República. Na verdade, o Governo limitou-se a enviar o texto da proposta de lei de autorização legislativa aprovado na Assembleia da República, a partir do qual não é possível apreender em que sentido o Governo pretende legislar.

2. Acresce ainda que o Grupo Parlamentar do PCP anunciou que vai impugnar a constitucionalidade da eventual lei de autorização legislativa, a qual aliás não foi publicada até este momento.

3. Para além de não ter fornecido os textos dos diplomas que pretende aprovar, o Governo

fixou o prazo de 12 de Setembro para a falsa consulta às autarquias, o qual é manifestamente escasso, sobretudo tendo em conta a época estival em que nos encontramos.

4. Em face da importância das alterações que o Governo pretende introduzir que incluem matérias de incidência eleitoral como a composição dos órgãos autárquicos e o período do seu mandato e ainda matérias de grande importância como os recursos financeiros e poderes das autarquias e a instituição das Regiões Administrativas, o PCP reclama:

— a publicação e efectivo debate público dos projectos em causa, num prazo suficientemente largo;

— a discussão destas matérias na Assembleia da República, recolhendo os resultados desse prévio debate público.

5. A política do Governo em relação ao Poder Local, ilustra

da pela tentativa de alterar o regime legal das autarquias à margem destas e da Assembleia da República via manifestamente diminuir a democraticidade e as prerrogativas das autarquias, consagrando e aprofundando os atropelos cometidos contra o Poder Local pelos governos do PPD e do CDS.

Tal política, contrastando vivamente com as promessas eleitorais do PS, designadamente de aplicar integralmente a Lei de Finanças Locais, ilustra a tradicional duplicidade da direcção do Partido Socialista, confirma a orientação antipopular do actual Governo e a sua profunda hostilidade às grandes transformações democráticas que são parte essencial do regime constitucional.

Entretanto, e apesar da subtração dos documentos indispensáveis a uma verdadeira

consulta e da exiguidade do prazo, o PCP considera necessária e vantajosa a intervenção nas reuniões dos órgãos autárquicos que se vierem a realizar

de todos os democratas eleitos de modo a defender os interesses das populações, o Poder Local democrático e as suas reivindicações fundamentais.

Eleições em Vizela

Natural expectativa está a rodear a realização, no próximo domingo, das eleições em Vizela, sucessivamente adiadas por factos que são do domínio público. Apenas o PS e a APU apresentaram listas, ao mesmo tempo que se acentuam as tensões nos partidos da ex-AD devido à sua manifesta dificuldade em justificar localmente a política que têm vindo a seguir de sujeição a interesses alheios aos vizelezes.

Entretanto, o mal-estar estende-se também à coligação governamental, confrontando-se, por um lado, a demagogia de um PS sempre lesto em promessas quando se trata da caça ao voto, e por outro lado um PSD a quem não é fácil conciliar publicamente a posição partidária que tem assumido com a política do Governo, expressa pelo ministro da Administração Interna, o socialista Eduardo Pereira.

Em tal situação, a única força que tem permanecido coerente e fiel aos seus compromissos tem sido a APU, interessada em servir as aspirações do povo de Vizela e não quaisquer outros. Diz a APU no seu manifesto eleitoral: «Só o aumento na votação da APU e dos seus eleitos tornará possível a participação de

homens capazes de imprimir um novo dinamismo à acção dos órgãos autárquicos, de garantir o progresso de Vizela, de permitir um funcionamento democrático e participado que rompa com a rotina e a falta de iniciativa que caracterizam a actuação maioritária do PS e dos partidos da ex-AD nas autarquias de Vizela».

Sublinhe-se que, em toda esta situação, e em contraponto com a demagogia e as falsas promessas do PS, emerge o facto de que existe na Assembleia da República um projecto-lei do PCP para a criação do concelho de Vizela, ao qual os partidos coligados no poder sistematicamente não se referem, como para fazer esquecer a firme posição dos comunistas sobre o assunto.

Comício com Carlos Brito

A campanha da APU encerra amanhã com um comício-festa em que discursarão candidatos da Aliança Povo Unido e o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e Presidente do Grupo Parlamentar comunista.

O comício-festa, que se realiza às 21 horas no Jardim Público de Vizela, integrará um espectáculo em que participará Samuel e os seus músicos.

Tempo de antena do PCP

Dia 2 de Setembro Sexta-Feira

festa do Avante!

na RTP-1

a seguir ao Telejornal

Ilídio Machado

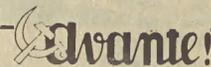
Faleceu o camarada Ilídio Machado, membro do Secretariado do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e, em 1956, um dos fundadores do Movimento Popular de Libertação de Angola, cujo manifesto subscreveu.

Ilídio Machado, que contava 69 anos, foi preso pela PIDE em 1959 e desterrado para o Tarrafal, tendo-lhe mais tarde sido fixada residência em Portugal.

Regressado à sua pátria após o 25 de Abril, viria em

1977 a ser eleito para o CC do MPLA-PT, assumindo posteriormente no Governo da República Popular de Angola os cargos de Secretário de Estado das Comunicações e de Vice-Ministro da mesma pasta.

Desde 1978 que desempenhava as suas funções no Secretariado do CC, tendo já sido nessa qualidade que integrou a delegação do MPLA-PT presente no IX Congresso do Partido Comunista Português.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 763345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Rua Santos Dumont, 57-3.º Dt.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa, Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcão de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto, Tel. 693908/698615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Eça, 6 - 3000 Coimbra, Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora, Tel. 900044.

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 776936/776750.

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 381067.

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82.

Tiragem do mês de Julho: 45 738

PCP

Os deputados do PCP não participarão na Conferência da UIP a realizar em Seul

O Secretariado do Comité Central do PCP divulgou no passado dia 25 a seguinte nota:

Está convocada para Seul, na Coreia do Sul («República da Coreia») a próxima Conferência da União Interparlamentar.

A chamada República da Coreia corresponde à parte sul da Península coreana, ocupada no final da Segunda Guerra Mundial pelas tropas dos EUA. A sua criação, ilegítima e artificial, aliás anterior à fundação da República Democrática Popular da Coreia, inseriu-se e insere-se nas tentativas do imperialismo para impedir o povo coreano de decidir livremente o seu destino e nos seus planos para assegurar uma base de agressão contra a RDPC, os países socialistas e progressistas na região e procurar dividir eternamente a Coreia, país com um só povo, uma só cultura e uma só história.

O Partido Comunista Português, desde que teve conhecimento da proposta

para a Conferência se realizar em Seul, expressou a sua oposição através dos seus representantes na direcção do grupo português assim como nas reuniões dos órgãos dirigentes da UIP.

Mantendo-se Seul como local da Conferência e aproximando-se a data da sua concretização, a direcção do PCP decidiu que os seus deputados não participarão na próxima Conferência da União Interparlamentar.

Em primeiro lugar, porque a realização em Seul da Conferência da UIP contribuirá para dar cobertura e aprofundar a divisão artificial da Coreia, dando alento ao imperialismo norte-americano e aos governantes fascistas do Sul para manterem e prosseguirem a sua política do «reconhecimento cruzado», da divisão eterna da Coreia.

Em segundo lugar, a Conferência da UIP terá lugar num país praticamente ocupado por tropas estran-

geiras, por mais de 50 000 soldados dos EUA, cujo armamento inclui mísseis nucleares e, num momento em que o imperialismo norte-americano, conjuntamente com os círculos governantes japoneses e sul-coreanos, age para criar uma aliança belicista tripartida, que agravaria a tensão, aumentaria os perigos de guerra na Península Coreana e em toda a região, pon-do em risco a própria paz mundial.

Em terceiro lugar, porque a Conferência da UIP terá lugar na capital de um país onde impera uma ditadura fascista sanguinária, apoiada num brutal aparelho repressivo criado para tentar sufocar a heroica luta dos patriotas, de que é vivo exemplo o massacre de sul-coreanos que se levantara em Kwangju pelas liberdades democráticas e pela reunificação pacífica da sua pátria, à qual os comunistas portugueses uma vez mais manifestam a sua solidariedade.

Comício em Viana do Castelo Quem acredita nos partidos do Governo?

Os portugueses têm o direito de conhecer os compromissos que o Governo PS-PSD assumiu com o FMI, tanto mais que esse acordo, tudo o indica, impõe graves e insultuosas limitações à soberania nacional, pondo nas mãos dos senhores do FMI a decisão sobre o futuro desenvolvimento da nossa economia — sublinhou Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, no início da Festa da Amizade, em Viana do Castelo, no passado fim-de-semana.

Referindo-se em particular à actual situação do País, o dirigente comunista chamou a atenção para os efeitos da política governamental nos principais sectores da vida nacional, concluindo que «não é pela capitulação, pela entrega do País nas mãos do imperialismo que sairemos da crise».

Domingos Abrantes diria a dada altura que o principal objectivo do Governo chefiado por Mário Soares é «restabele-

cer a dinâmica que leve à reconstituição dos monopólios através da intensificação da exploração dos trabalhadores».

A propósito das ameaças e tentativas de intimidação do vice-PM ao movimento operário e à população trabalhadora numa forma geral, o camarada Domingos Abrantes perguntaria: «Julgaria porventura que os trabalhadores assistiriam impávidos e serenos aos despedimentos, à falta de salários, à perda de direitos? Julgaria o Governo que os camponeses iriam assistir impávidos e serenos aos brutais aumentos dos factores de produção?»

«Quem decide da sorte dos Governos», diria noutro passo da sua intervenção, «não é a repressão, nem a chantagem e a demagogia, é a política capaz de resolver os problemas».

E este Governo não tem, na verdade, uma política para resolver os grandes problemas nacionais. Como referiu o dirigente comunista, o Governo quer levar o País à ruína, destruir as capacidades produtivas

e lançar no desemprego centenas de milhares de trabalhadores. A propósito da «lay off», a lei dos despedimentos, «verdadeira declaração de guerra a quem trabalha», salientou a necessidade de desenvolver desde já uma intensa acção de desmascaramento e protesto.

«As medidas que o Governo se compromete a adoptar», afirmaria noutra passagem, «são exactamente iguais às do anterior governo PS e dos sucessivos governos, cujos resultados estão à vista». Ou seja: «Os governos sucedem-se e o panorama é cada vez mais aterrador, com défices brutais de todos os indicadores económicos, crescente endividamento externo, estagnação económica, aumento do desemprego, maior miséria».

Quem pode acreditar que os partidos conduziram o País à beira do desastre possam dar solução aos graves problemas com que Portugal se debate?, interrogaria Domingos Abrantes.



EP's premiadas no sorteio de Sesimbra

No decorrer da jornada de convívio organizada pelo Partido no último fim-de-semana na vila de Sesimbra realizou-se o terceiro e último sorteio das Entradas Permanentes (EP's) da Festa do «Avante!», momento aguardado com vivo interesse e expectativa para os portadores de EP.

- O sorteio apurou os seguintes números:
1.º prémio - 094 556 - um TV a cores
2.º prémio - 208 501 - 15 mil escudos em livros e discos
3.º prémio - 167 600 - 10 mil escudos em livros e discos
4.º prémio - 031 366 - 5 mil escudos em livros e discos
5.º prémio - 167 630 - 5 mil escudos em livros e discos
6.º prémio - 052 598 - 5 mil escudos em livros e discos
7.º prémio - 007 088 - 5 mil escudos em livros e discos
8.º prémio - 084 976 - 5 mil escudos em livros e discos
9.º prémio - 121 789 - 5 mil escudos em livros e discos
10.º prémio - 233 905 - 5 mil escudos em livros e discos

Os contemplados devem contactar os serviços centrais no Alto da Ajuda, no recinto da Festa.

Pavilhão da Mulher

Espaço político e cultural, aberto ao convívio e incluindo também um stand de vendas, um bar, uma exposição e a presença viva do artesanato — aqui fica uma definição rápida do que será o Pavilhão da Mulher na Festa do «Avante!». A acção e luta das mulheres portuguesas por uma vida melhor e as propostas do PCP em defesa dos direitos das mulheres são temas em destaque neste Pavilhão, concretamente na exposição política que a visitante aí encontrará. Nos painéis desse certame serão abordadas as lutas das mulheres em 1982/83, o problema do desemprego (as mulheres constituem 69,7 por cento da população desempregada no país), as desigualdades ainda existentes no plano social, etc.

O Pavilhão da Mulher, localizado na zona central, é também, como já referimos, uma zona de convívio. Com poesia, com música, com diálogo, e onde mulheres artistas, artesãs, ensinam a sua arte, o seu saber. Lá estarão artesãs de várias regiões do País, trabalhando em pintura, costaria, tapeçaria, olaria e docaria, prevenindo-se bons momentos de animação nas tardes dos dias 10 e 11, na Festa.

No stand de Vendas poder-se-ão adquirir não só os habituais trabalhos confeccionados por mulheres, como novidades em pele, verga, loiça, etc. No bar, os visitantes encontrarão a tradicionalmente bem confeccionadas sandes de carne assada (e outras), assim como docaria regional e o igualmente afamado «capilé». Resta dizer que os serviços de bar e vendas funcionarão permanentemente e o convívio com artistas e artesãs terá lugar no sábado das 15 às 19 horas e no domingo das 15 às 17 horas.

A alegria, o diálogo, a solidariedade feminina serão uma constante neste espaço da Festa dedicado às Mulheres, este ano melhorado e com novidades!

Plenários na Amadora

Estão marcados para os próximos dias os seguintes plenários no concelho da Amadora:

Hoje — às 21 horas, no CT da Damaia, para os camaradas da Damaia, Buraca, Alfragide, Cabos Avila, Fiat, Cassel, Volkswagen, Abott e Vidago. Participa José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central. Também às 21 horas, no CT da Amadora, para os camaradas das freguesias da Mina, Reboleira e Venteira e para trabalhadores comunistas da CM da Amadora e da Pereira e Brito. Participa Maria V. Cabral, do CC.

Sábado — às 21 horas, na Sociedade Filarmónica da Amadora, para os camaradas da Falagueira/Venda Nova. Participa António Andrez, membro suplente do CC. A mesma hora, no salão polivalente da Brandoa, para os camaradas desta localidade. Participa Ruben de Carvalho, membro suplente do CC e chefe de Redacção do «Avante!».

Dia 6 — às 18 horas, na Sociedade F. da Amadora, para os camaradas das seguintes empresas: Sorreife, Cometna, Cel-Cat, Bertrand, Heska Portuguesa, Sotancro, Gazina, Bis, Titan, Laboratórios Vitória e Andrade, Edifer, M. B. Pereira da Costa, Lab. Franco-Farmacêutico e Centro de Formação Profissional. Participa o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Situação política e Festa do «Avante!» são os temas agendados para estes plenários. Participa!

Cinema em Algé

Os comunistas de Algé promovem hoje à noite, no Clube Atlético local, uma sessão de cinema integrada nas iniciativas de promoção da Festa do «Avante!» e da venda da EP.

Avis

Festa das Colheitas reflectiu a realidade do concelho

No último fim-de-semana decorreu mais uma edição da Festa das Colheitas, em Avis, por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP.

Centenas de participantes, exibição dos ranchos folclóricos de Alcorrego e Fronteira, canto livre e música popular animaram uma festa que ganhou tradições no Alto Alentejo.

A festa de Avis, como não podia deixar de ser, reflecte as novas realidades do concelho: a Reforma Agrária, no trabalho esforçado dos trabalhadores das 6 UCPs existentes:

A UCP 1.º de Malo, cujo parque de tractores se situa já

na casa das 60 unidades, uma produção variada e notável; a UCP 29 de Julho de Aldeia Velha, com um activo que tem podido superar os efeitos da ofensiva contra a Reforma Agrária dos governos de direita; e ainda as UCPs Valongo do Sul, 21 de Fevereiro e Benavilense, mais afectadas, e Unidade do Ervedal e de Figueira do Alentejo, UCPs que a ofensiva latifundiária dos governos da direita colocou numa difícil situação.

O desemprego que afecta um grande número de trabalhadores, principalmente mulheres, pode ser atenuado pela

existência de uma CM dirigida pela APU que tem realizado uma obra notável nos domínios do saneamento básico, assistência social à terceira idade, creches e jardins infantis e obras sociais várias.

No comício da festa, Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP, pôs em relevo as particularidades da situação no concelho de Avis e a luta firme e unida dos trabalhadores das UCPs em defesa das suas conquistas, tendo em seguida abordado a situação política actual, a acção antipopular e antinacional do actual Governo PS/PSD e as tarefas actuais do movimento popular e democrático do PCP.

No sábado como no domingo a Festa das Colheitas fechou com um baile ao ar livre em que, naturalmente, os jovens participaram em grande número.

Actividades do Partido

V. Franca de Xira

No CT de Alhandra realiza-se hoje, com início às 21 horas, um plenário concelhio de militantes comunistas de Vila Franca de Xira, em que também estará presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC.

Festa do «Avante!» e situação política são os temas em agenda.

Rio Tinto I Assembleia em Baguim

Realizou-se recentemente a I Assembleia da Organização Local do PCP de Baguim/Rio Tinto.

Esta assembleia, que contou com a participação de mais de 40 camaradas, elegeu a Comissão Local e traçou objectivos de trabalho futuro, nomeadamente no que diz respeito ao recrutamento, reforço da estrutura local do Partido, trabalho unitário e participação na autarquia local. Este um tema sem dúvida importante já que Baguim é um lugar com 17 mil habitantes e existe na Assembleia da República um projecto com vista à sua passagem a freguesia.

Um outro objectivo que os camaradas de Baguim consideraram de importância e de grande prioridade para o desenvolvimento do trabalho do Partido é conseguir rapidamente um Centro de Trabalho do PCP.

O relatório de actividades foi, como é natural, dos primeiros pontos da ordem de trabalhos desta assembleia. Na mesa estiveram os camaradas Fernando Pinto, Jorge, Delfim, Rui e Mário Mesquita, este último da Comissão Concelhia de Gondomar.

Plenário em Carnaxide

A organização de Carnaxide (Lisboa) realiza amanhã um plenário de militantes com início às 21 e 30, na Sociedade Filarmónica local.

Festa do «Avante!» e situação política são os dois temas em agenda, para debate.

Estará presente o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Região Autónoma dos Açores

Conclusões da reunião da Comissão de Ilha de S. Miguel

No passado dia 27 de Agosto reuniu na sua sede em Ponta Delgada a Comissão de Ilha de S. Miguel do Partido Comunista Português.

Da ordem de trabalhos constavam vários assuntos dos quais se destacam os relativos ao reforço e desenvolvimento do trabalho do PCP e da sua organização na Ilha de S. Miguel, bem como à apreciação da situação política actual.

- 3 — A intenção de criar um serviço de informações de Estado que não é mais do que o primeiro passo para o aparecimento de uma nova policia política.
4 — O acordo assinado com o FMI, com vista a colocar a economia nacional nas mãos do estrangeiro, da inflação galopante, da ruína da produção nacional, do desmantelamento das empresas nacionalizadas, do desemprego e da fome, sem que alguma perspectiva de diminuição da dívida externa nem da melhoria das condições de vida do Povo esteja à vista.
5 — A submissão e o apoio à política belicista de Ronald Reagan com vista a instaurar o clima de guerra no mundo inteiro e a defender, em países como o nosso ou em vias de desenvolvimento, o poder dos monopólios, o neocolonialismo e o racismo, de que é uma expressão concreta a visita à Região do congressista americano Frank que se portou como se fosse dono e senhor de uma terra que não é sua.

A Comissão de Ilha afirma:
• O repúdio pelo apoio expresso do Governo de Mota

Amaral a esta política do Governo PS/PPD, tornando-se assim claramente conivente com as dificuldades e os sacrifícios impostos ao nosso Povo, com vista exclusivamente a manter o País e a Região debaixo do controlo político e económico do estrangeiro e à mercê da exploração desenfreada dos trabalhadores, do compadrio e da corrupção, de que apenas beneficiam meia dúzia de privilegiados e compadres, em prejuízo da produção regional e da esmagadora maioria da população.
• O repúdio pela política dos aumentos desenfreados de bens e serviços de primeira necessidade que, desde Junho, na Região, já promoveu au-

trazar-se as negociações dos novos contratos e tabelas salariais, tentando-se pela força impor aos trabalhadores lectos salariais abaixo dos 17 por cento. Mais: estão a despedir-se trabalhadores em numerosas empresas da construção civil, «Iber-Agar», «Varela», etc., e mantêm-se salários em atraso em muitas outras, fazendo cair apenas sobre quem trabalha as consequências nefastas da política dos últimos governos e do Governo Regional.

A Comissão do PCP afirma ainda:
• O apoio a todas as formas de luta que visem defender os interesses de quem trabalha e

- Tomada a decisão de reestruturar e eleger vários organismos do Partido nas freguesias da Ilha.
• Salientando firme repúdio pela política de aumentos desenfreados de bens e serviços de primeira necessidade, que desde Junho, na Região, já promoveu aumentos (alguns pela segunda vez) no pão, leite, queijo, manteiga, carnes, electricidade, telefones, telegramas, transportes, rações, adubos, etc. (todos a mais de 20%) e val aumentar em breve os combustíveis, provocando assim mais aumentos...

mentos (alguns pela segunda vez no ano) no pão, leite, queijo, manteiga, carnes, electricidade, telefones e telegramas, transportes terrestres, rações, adubos, etc.), (todos a mais de vinte por cento) e val aumentar em breve os combustíveis, que gerarão por si mais aumentos. Em «compensação» estão a

melhorar as condições de vida da população, esforçando-se por congregarem todos os democratas que em 25 de Abril último votaram por uma política diferente e estão dispostos a lutar por uma política democrática e um governo democrático ao serviço do Povo da Região e do País.

PCP

Um apelo forte Sábado e domingo no Alto da Ajuda para a última grande jornada de trabalho

«Nesta fase final do trabalho aqui no Alto da Ajuda, a Festa dirige um apelo forte a todos os camaradas e amigos, a todas as organizações do Partido, que aqui possam deslocar-se, para colaborar e participar nas tarefas que até às vésperas da Festa temos de concretizar para que, no dia 9, ao fim da tarde, se abram com alegria as portas do maior convívio democrático do Portugal de Abril» — palavras do camarada Licínio, membro da Comissão de Implantação da Festa do «Avante!», homem já rodado nestas andanças da Festa nos últimos anos.

Cigarro entre os dedos, rosto sereno, apontando as zonas mais atrasadas e as mais adiantadas, o camarada resume em poucas palavras a preocupação central da equipa responsável pelo trabalho que desde há meses decorre na Ajuda:

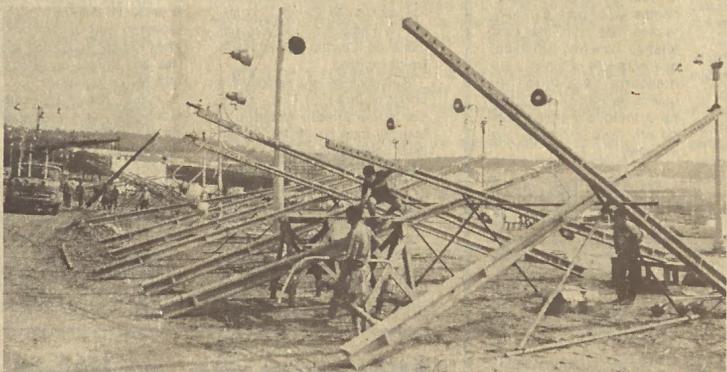
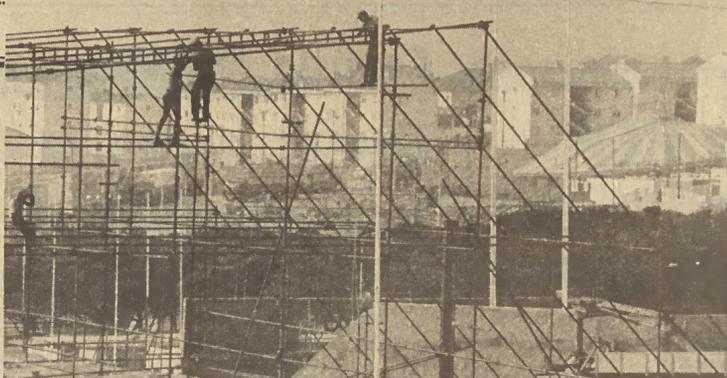
«O próximo fim-de-semana é decisivo!»

E compreende-se que assim seja. É a última oportunidade para levar ao Alto da Ajuda uma grande contingente de trabalhadores, de voluntários para pôr de pé o que ainda falta... É à hora da refeição, quem não tiver farnel pode utilizar os restaurantes de serviço (atenção à compra da senha com a devida antecedência, no local).

Todos não somos de mais, mas a Festa tem um apelo especial aos carpinteiros. Boa parte do trabalho que falta depende da concretização de tarefas que só a mão hábil e segura do carpinteiro pode dar solução rápida.

E também os electricistas terão uma palavra importante. Mas além deles, todos nós podemos dar uma ajuda.

Sábado e domingo, estamos na Festa. E para os que forem, é caso para dizer: «para nós a Festa começa já!»



Centro do Livro e do Disco — ver para crer!...

Está localizado logo após a entrada na Festa, do lado esquerdo, junto à Cidade do Desporto. Ocupa um total de 1300 metros quadrados e recebe uma média de 100 mil visitantes, «fátia» significativa do número total de pessoas que geralmente se deslocam à Festa do «Avante!».

Estamos a falar do Centro do Livro e do Disco, uma presença destacada no Alto da Ajuda e de que hoje revelaremos alguns aspectos.

A localização do Centro está dada. Mas podemos acrescentar que ele funciona numa estrutura tipo circo, com um avançado. Muito calor? Não será assim, uma vez que foram preparadas formas de ventilação e arejamento, ao mesmo tempo que fica assegurada a protecção dos materiais — livros e discos, essencialmente — face a qualquer «armadilha» atmosférica (lagarto, lagarto...)

Mas, passemos a pormenores. Antes de entrar propriamente no «circo», o visitante encontra a «lojeira», onde estarão à venda emblemas, recordações,

objectos diversos e medalhas, nomeadamente as da Festa, de Karl Marx e uma alusiva à solidariedade com os Estados africanos da Linha da Frente; ainda no «átio», haverá uma panorâmica das publicações distribuídas pela CDL.

Lá dentro, à medida que se avança, iniciando a volta pelo recinto, encontramos a Editorial «Avante!», a zona de saldos, as editoras portuguesas, as editoras estrangeiras (incluindo o livro técnico, agrupado por temas), a zona de convívio de autores com o público (com espaço reservado aos autógrafos de escritores e cantores), o li-

vro infantil e os discos e casettes.

A saída, estarão instaladas oito caixas registadoras, em funcionamento total às «horas de ponta», não se prevendo assim grandes «bichas» para pagar as compras.

Funcionando com o mesmo horário da Festa, com vários turnos de 70 camaradas cada, o Centro do Livro e do Disco resulta dum esforço digno de realce, envolvendo cerca de 16 mil horas de trabalho: 7500 na preparação dos materiais para venda e o resto no atendimento ao público durante a Festa.

Entre outros, estão confirmados os seguintes lançamentos em livro: *Biografia de Marx*, «Este rei que eu Escolhi», de Alice Vieira, *Rumo ao Cosmos e Portugal Anos Quarenta*. Chama-se desde já a atenção para o significado do lançamento das duas primeiras obras referidas, uma vez que se integram nas comemora-

ções de efemérides históricas de largo significado político e cultural: o centenário de Karl Marx e o 600.º aniversário da Revolução de 1383-1385.

Sérgio Ribeiro lançará também na Festa o seu livro «Porque vivi e quero contar».

Em relação às sessões de autógrafos, confirmam-se também as presenças no Centro do Livro e do Disco de Alice Vieira, Ary dos Santos, A. Vitorino de Almeida, Carlos Gil, Modesto Navarro, Joaquim Pessoa, J. Aniceto, José Goulão, José Saramago, Blasco Hugo Fernandes, Lobo Antunes, Manuel da Fonseca, Miguel Urbano Rodrigues, Sérgio Ribeiro, Urbano Tavares Rodrigues, Isabel Alcáide e Ana Magalhães (autoras da colecção «Uma Aventura»).

Haverá ainda sessões de autógrafos com cantores. Na secção de saldos, o visitante encontrará toda a gama de livros, do livro técnico ao livro infantil, passando pela ficção, poesia, etc., com preços realmente muito variáveis: dos 10 aos 500 escudos! Há 30 mil livros para vender nos saldos.

Atenção também aos discos que estarão à venda a preços aliciantes.

No hipermercado do Alto da Ajuda, estarão 15 mil títulos (livros, discos, publicações várias), num total de mais de 100 mil exemplares para venda.

Em relação a países representados na zona das editoras estrangeiras, saliente-se a presença de Angola, Brasil, Checoslováquia, Cuba, Hungria, Moçambique e URSS.

A área de exposição e venda ocupa uma superfície de 1075 metros quadrados.

Adega do Fado

O fado voltará a marcar presença destacada na Festa. Tanto nos palcos, como em espaços das Organizações Regionais, caso da representação de Setúbal, onde funcionará uma Adega do Fado, nos três dias da Festa.

Atenção, pois, às actuações dos fadistas amadores do distrito de Setúbal!

Minho

«À maneira das nossas romarias...»

Como sempre, o Minho estará presente na Festa do «Avante!», procurando dar uma imagem do que são, no Minho, o Partido e os seus militantes, os mais importantes problemas políticos e regionais, a riqueza do seu artesanato e da sua culinária.

Lá estaremos com uma exposição política, um bar, um stand de artesanato e o restaurante central n.º 2.

Lá estaremos com 12 excursões, expressão do entusiasmo com que os militantes do Partido no Minho acolhem a Festa do «Avante!».

Exposição — Para além dos aspectos políticos e regionais, terá ainda uma parte dedicada a aspectos etnográficos da nossa região.

Artesanato — Estarão representados os mais conhecidos oleiros do Minho: Rosalina Baraça e os seus pombais, as ceias de «mistério», os belos cristos de Júlia Ramalho, para além de peças de sineta, agata e outros.

Os brinquedos de madeira, as mobílias minhotas, as louças de Barcelos e de Viana do Castelo e os coloridos xaltes,

lenços e bordados de Viana não faltarão.

Também no nosso stand de artesanato estará à venda a medalha comemorativa da última Festa da Alegria.

Culinária — No restaurante central a nossa ementa será a típica rojoadinha minhota, papas de sarrabulho, rojões, fígado, sangue cozido e tripa enfarinhada. E não faltará o bom vinho verde...

No bar, teremos o chouriço e o chispe, para além do bacalhau frito com cebolada. É claro que a broa, as azeitonas e o vinho verde não faltarão.

Será fácil reconhecer de imediato a zona do Minho, pois será decorada à maneira das nossas romarias. Para isso, contamos com a colaboração de célebres decoradores de romarias de Braga, os irmãos Vilaça.

Estamos certos que através da nossa participação na Festa do «Avante!», conseguiremos dar uma imagem dos costumes, da arte e do modo de ser das nossas gentes, para além de vos levarmos a nossa luta difícil, mas entusiasta e segura.

SIP da DORM do PCP

Distrito do Porto

Uma grande variedade de produtos da região

Um pavilhão político, um conjunto de stands das organizações e uma área para restaurantes e bares serão três formas de participação, aliás já habituais em anos anteriores, da Direcção da Organização Regional do Porto na Festa do «Avante!»/83.

No pavilhão político, com 160 m², estará uma exposição documentando diversos temas:

logo à entrada pode ser visto um grande painel de homenagem a Marx com imagens do movimento operário do Porto há cem anos e hoje. A participação do povo do Porto na Revolução de 1383/85 será igualmente tema da exposição. Num painel com 12 metros estará o testemunho das grandes lutas dos trabalhadores e das massas populares e dos aconte-

cimentos políticos dos últimos meses. Também presente o tema *autarquias locais*, onde, e entre outros aspectos, poderá ser conhecido e apreciado o plano de limpeza da cidade do Porto, elaborado pela APU, bem como os seus primeiros resultados.

Nos 17 stands de vendas das organizações concelhias e de sector profissional, estará o artesanato e uma grande variedade de produtos fabricados na região do Porto: o vinho do Porto, as tradicionais filigranas de Gondomar, os tapetes de Gaia, os têxteis e vestuário de S. Tirso, os brinquedos e calçado do Porto, as camisolas da Póvoa, os bilros de Vila do Conde, o mobiliário de Valongo, o material de campismo da Maia, a louça esmaltada do sector dos metalúrgicos e as utilidades do sector dos grandes serviços. Os filatelistas poderão passar no stand do sector de serviços do Porto porque lá encontrarão colecções de selos. Depois há ainda o «Sai sempre» da comissão de sede da Boavista ou a Tómbola dos sectores Intelectual e da Saúde, onde por pouco dinheiro e com sorte se consegue uma bonita branquinha.

Quanto aos 6 bares e restaurantes, teremos a apetitosa gastronomia nortenha...

Distrito de Santarém

Até um leilão de pombos!

A DORSA (Direcção de Organização Regional de Santarém), tal como nos anos anteriores participa na Festa com um pavilhão político, um bar, um restaurante, venda de artesanato regional, por iniciativa de todos os concelhos do distrito, e ainda uma quermesse com valiosos prémios.

O crescimento e reforço da organização do Partido, as últimas batalhas eleitorais, as autarquias geridas pela APU, os deputados do distrito na AR, a Reforma Agrária, os problemas na agricultura e em algumas empresas em situação económica difícil e as últimas lutas realizadas nestes sectores, são temas escolhidos para o pavilhão político da DORSA.

Temas como a Paz, Karl Marx e Revolução de 1383 também não serão esquecidos.

No restaurante, atenção às saborosas refeições com participação de destaque para a vitela à jardineira e carne de porco à ribatejana.

No bar, os famosos petiscos e vinhos do Ribatejo que são razão de peso para uma visita.

A salientar o primeiro leilão de pombos-correios da Festa do «Avante!», certame que conta já com o apoio e participação de mais de uma centena de bons e conhecidos columbófilos de várias regiões: Lisboa, Almada, Monte Caparica, Porto Brandão, Trafaria, Charneca da Caparica, Cova

da Piedade, Algés, Almeirim, Benfica do Ribatejo, Alpiarça, Vale de Cavalos, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Entroncamento, Santarém, Pernes, Vale de Figueira, Alcanhões, Torres Novas, Riachos, Meia Via, Tomar, Santa Cita, Rio Maior, V. N. da Barquinha, V. F. de Xira, Abrantes, Tramagal, Azambuja, Coruche, Golegã.

Fica aqui desde já o convite a todos os amigos columbófilos, para que compareçam neste leilão que se realiza durante os dias 10 e 11 de Setembro, no Alto da Ajuda, na zona da DORSA, onde ainda poderemos apreciar o trabalho, ao vivo, de um oleiro de Santarém e um torneiro de Pernes.





OS

artistas da Festa

PAULO DE CARVALHO



CARLOS MENDES



ARY DOS SANTOS



RIMANÇO



ANTÓNIO VITORINO DE ALMEIDA

- ☆ Tocadoras de Adufe da Beira
- ☆ Grupo de Zés P'reiras «Companheiros da Alegria»
- ☆ Rancho Folclórico «Camponeses do Vale do Brejo»
- ☆ Grupo Coral da Filarmónica da Amadora
- ☆ Grupo Coral «Mulheres de Ervidel»
- ☆ Grupo Coral de Pias
- ☆ Grupo de Pioneiros de Viana do Alentejo
- ☆ Grupo Coral «Os Amigos da Academia Recreativa de Linda-a-Velha»
- ☆ Grupo Coral Alentejano «Os Amigos do Barreiro»
- ☆ Grupo Coral «Alentejanos de Lisboa»



SÉRGIO GODINHO



CARLOS PAREDES



BRIGADA VÍTOR JARA

☆ Grupo Coral de Vale de Vargo

☆ Bandolinistas de Santo Aleixo

☆ Rancho Folclórico da Casa do Povo de Nisa

☆ Grupo de Cantares Regionais de Portel

☆ Rancho Folclórico de St. António das Areias

☆ Rancho das Lavradeiras de Sarrazola

☆ Grupo Coral de Aldeia Nova de S. Bento

☆ Rancho Folclórico Flores do Campo de Valado de Frades

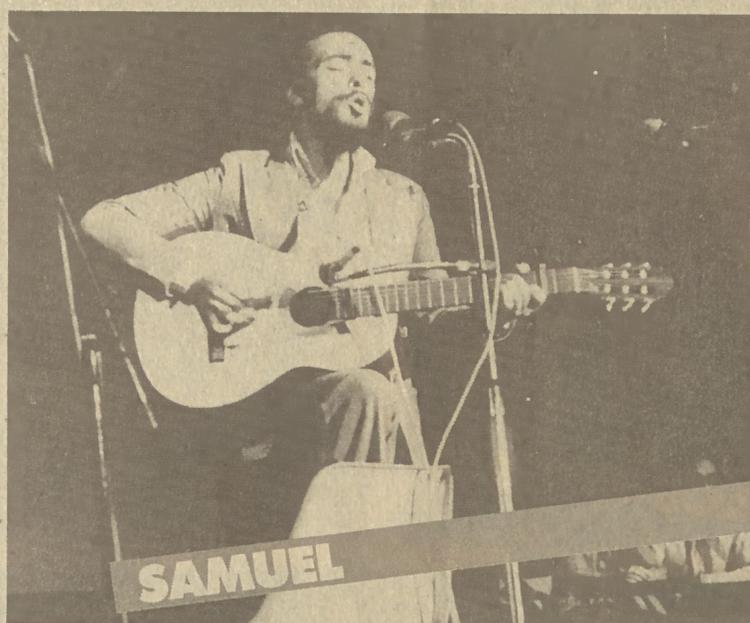
☆ Rancho do Vilarinho de S. Romão

☆ Rancho Folclórico «Os Pastores» — Serra da Estrela

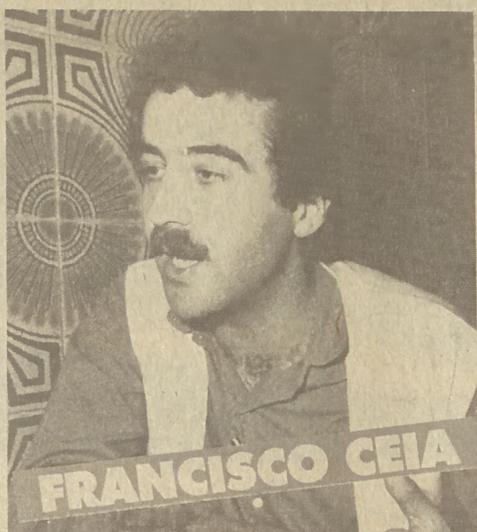
artista da P



IO APOLLONI



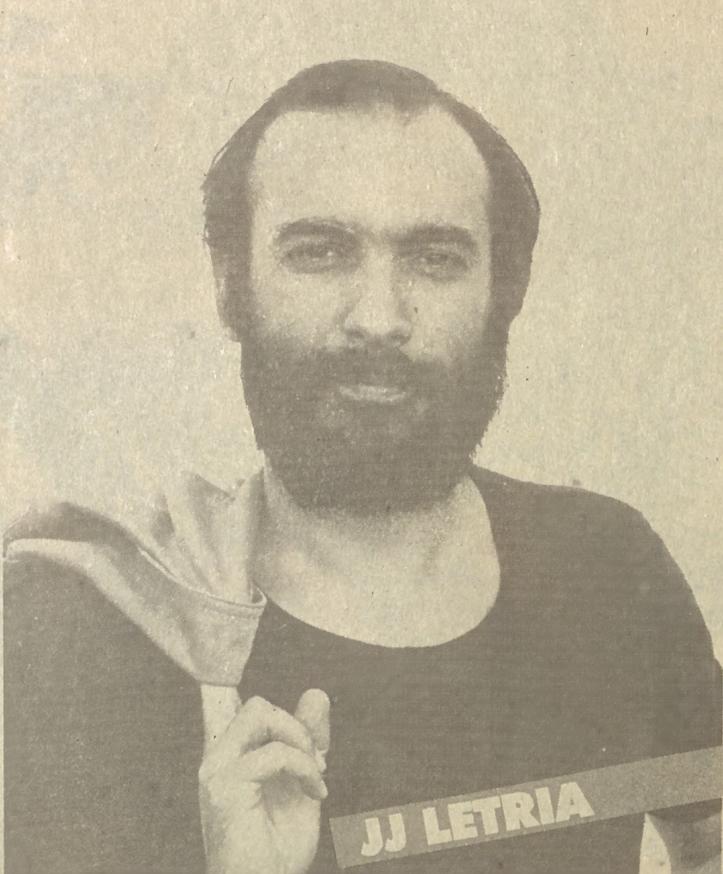
SAMUEL



FRANCISCO CEIA



PEDRO OSÓRIO



JJ LETRIA



MANUEL FREIRE



TELECTU



JOSÉ VIANA

OS estas esta



☆
Rancho Típico
Folclórico
das Cantarinhas
de Nisa

☆
Rancho Folclórico
de Ponte Sor

☆
Banda de
Grândola

☆
Rancho Folclórico
Rosas de Vila
Pouca do Campo

☆
Grupo de Arte
Popular da Liga
Regional
Riovidense

☆
Rancho Folclórico
da Casa do Povo
de Moimenta
da Beira

☆
Bombos de
Almaceda

☆
Rancho Folclórico
de Maçãs
de D. Maria

☆
Rancho Folclórico
da Casa do Povo
de Manique
de Intendente

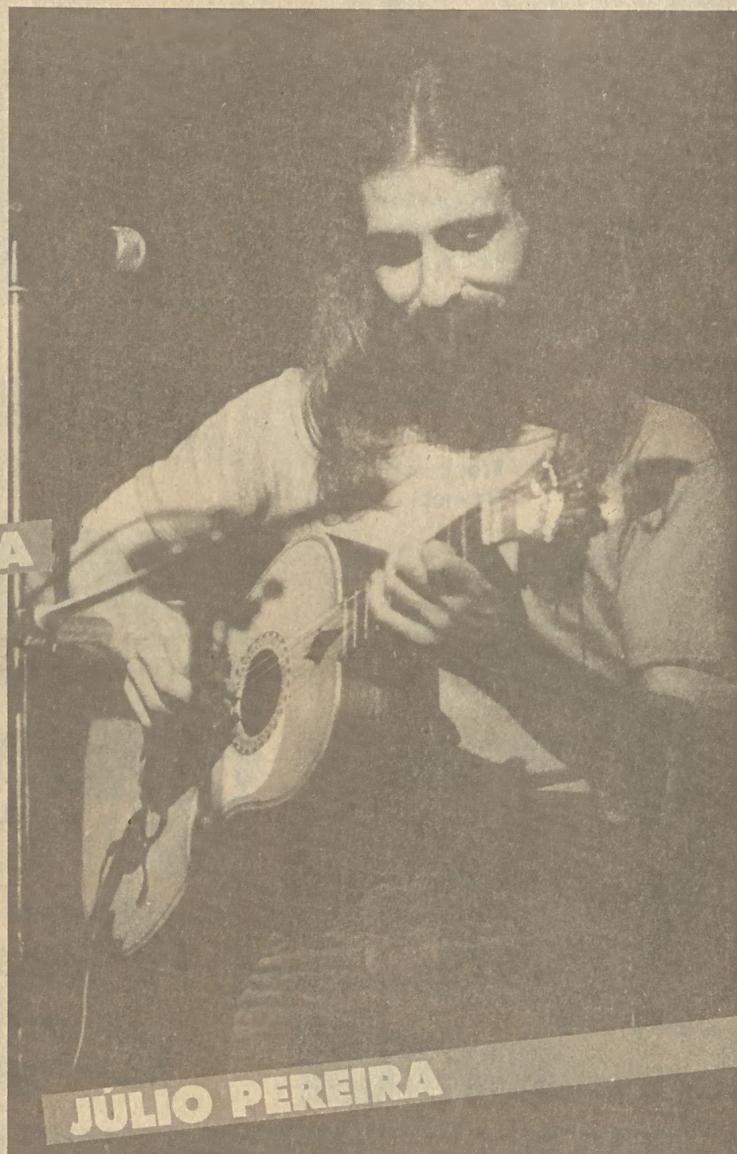
☆
Coral da Casa
da Cultura da
Quimigal



DORA LEAL



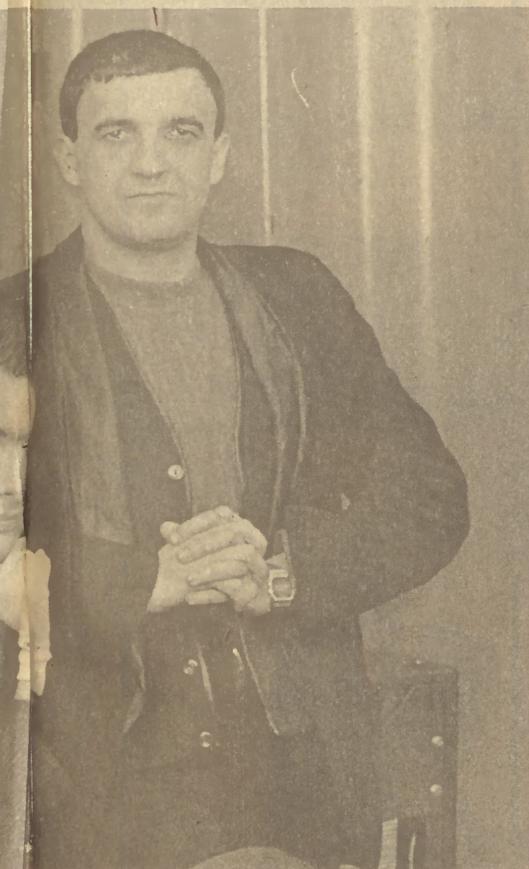
FERNANDO PEREIRA



JÚLIO PEREIRA



JAFUMEGA



CARLOS ALBERTO MONIZ

MARIA DO AMPARO



LUÍSA BASTO



FERNANDO FARINHA

OS **Avante!** artistas da Festa



ESMERALDA AMOEDO

- ☆ Grupo Coral Alentejano de Paivas
- ☆ Rancho Folclórico dos Sete Castelos
- ☆ Coro «Unidos do Baixo Alentejo»
- ☆ Grupo Coral de Serpa
- ☆ Orquestra Infantil de Ponte Sor
- ☆ Grupo Coral de Sobral da Adiça
- ☆ Grupo de Pioneiros de Vendas Novas
- ☆ Troupe «Os Tirones»



- ☆ Rancho Parreira da Chamusca
- ☆ Festada de Macieira
- ☆ Rancho Folclórico e Cultural Infantil de Lagares da Beira
- ☆ Grupo Coral de Cercal do Alentejo



JOÃO FERNANDO



GO GRAAL BLUES BAND



TERESA PAULA BRITO

ROQUIVÁRIOS



Joia

JOIA

OS artistas da Festa



Joia

Quem quiser ouvir música latino-americana, em ramalhão de ritmos daqui e dali, do Brasil às Caraíbas, da Salsa ao Baião, enchendo o ouvido com as melodias onde perpassam as influências de Angola, de Moçambique e de Portugal vai à Ajuda ver actuar o «Joia». Paradoxalmente, o «Joia» vem da Holanda. É formado por dois portugueses, um americano, um escocês, e até, um outro músico nascido no Suriname. Entre outros. Apresentemo-los: **Fernando Lameirinhas:** vocalista, compositor, guitarra. Pedra fundamental nas

composições e arranjos do grupo. **António Lameirinhas:** baixo. Fernando e António há muito que trabalham juntos, e a sua actividade esteve ligada a outros grupos e músicos com quem colaboraram num largo espectro de categorias — do pop ao jazz (Stu Martin, Sean Bergin, Lol Coxhill, Ferdinand Povel, Carlinhos da Silva, Alfredo Nascimento, foram alguns dos nomes com quem trabalharam). **Michael Moore:** saxa, clarinete; trabalhou profissionalmente durante 12 anos em Boston, Estados Unidos, onde actuou e estudou com Jaki Byard, George Russel e Gunther Schuller. Na Europa já actuou com grupos como Baal, Fernando's Ginga, Misha Mengelberg, Sunchild, Available Jelly e outros. **Frankie Douglas:** guitarra eléctrica e acústica. Foi líder dos Sunchild, tendo trabalhado com outros grupos — Reality, Perikkels, Solat. **Alan «Gunga» Purves:** tambores e percussão. Nascido na Escócia, foi para a Holanda com os Salt Lake Mime Band, tocou com grupos de jazz-rock na Escandinávia.

Robbie «Jogi» Gilles: Nascido no Suriname onde começou a tocar na «Suriname Philharmonic Orchestra», foi para a Holanda, onde em breve tocava com Ronald Snijders e com os Sunchild.



Bana e «Africa Stars»

Isto não há nada como ouvir a música para que a gente se entenda sobre ela. Não é como a geografia, que se pode desenhar num papel, mostrar nas fotografias, escrever a contar como são os países

distantes e falar do que lá se passa. Consegue-se sempre uma imagem aproximada da realidade. Na música, porém, o melhor é arrebatar a orelha. Isto a propósito das «mornas» e «coladeiras» que, de Cabo

Verde, vão viajar até ao Alto da Ajuda. É claro que muita gente já sabe o que são as mornas e as coladeiras, que conhece o seu ritmo chegado de um outro mundo, encantado por outras paisagens e por outros climas, onde as palavras, portuguesas ou crioulas, percorrem melodias caldeadas pelas numerosas influências, negras e europeias, em que o próprio arquipélago mergulhou antes de nascer como nação.

Uma coisa, porém, é conhecer discos ou cassetes, ouvir por interposto gravador ou rádio, a música que de tão longe vem. Outra é ir ao terreno e vê-la, ouvi-la ao vivo, a mexer e a cantar, partilhar a música com os próprios músicos e com os que conosco ouvem e vibram. E tal como não chega carregar no botão sem olhar à etiqueta, também não chega ir ao espectáculo sem olhar a quem. Se vamos ouvir coladeiras e mornas à Festa, é porque a Festa escolheu os melhores embaixadores da música de Cabo Verde: Bana e os «Africa Stars».

Toda a gente os conhece, afinal, porque o prestígio do cantor e do agrupamento musical ultrapassaram a música que fazem. Bana é uma figura nacional no seu país e a discografia do cantor já editada tem repercussão fora das fronteiras, muito especialmente em Portugal. Os «Africa Stars» também são muito conhecidos em Portugal. Para além da qualidade que cada um soube encontrar e desenvolver, contribuindo decisivamente para se impor no mundo da música, outro factor decisivo para a sua larga divulgação em Portugal é o facto de uma numerosa colónia de emigrantes caboverdeanos no nosso País partilharem connosco o trabalho quotidiano e também a cultura. A independência de Cabo Verde, na sequência do 25 de Abril, é outro dos factores, que ascendeu ao povo português a sua curiosidade pelos cantos dos outros povos, agora livres. Há muitas razões, pois, para irmos à Festa ouvir ao vivo as coladeiras e as mornas. As razões principais são óbvias: é que elas nos vão ser tocadas e cantadas pelo Bana e pelos «Africa Stars».



Rão Kyao



Judy Collins



Quinteto de Maria João



Quarteto de António Pinho Vargas



Quinteto de Jorge Pardo

PCP

Desporto na Festa



Programa do polivalente

• SEXTA-FEIRA			
Hora	Actividade	Hora	Actividade
19.00	Actividades desportivas por deficientes	21.00	Torneio de Futebol feminino «Avante!» (apuramento final).
• SÁBADO		• DOMINGO	
10.00	Iniciativas desportivas organizadas pelos Pioneiros de Portugal	10.00	Jogo do Pau — Escola de Vinha das Pedras
13.00	Almoço	11.00	Festival Internacional de Ginástica
14.00	Torneio de futebol de salão «Avante!» — masculino. Quartos de final.	13.00	Almoço
18.00	Torneio de futebol feminino «Avante!» — «poule» final	14.00	Torneio de Futebol Feminino «Avante!» — «poule» final
19.00	Jogo de andebol senior masc. Lisboa-Setúbal	15.00	Torneio de Futebol de salão masculino — meias-finais
20.00	Preparação dos festivais internacionais	17.00	Basquetebol senior masc. Setúbal-Lisboa
21.00	Festival Internacional de Ginástica com a participação da URSS, RDA, Checoslováquia, Bulgária e ginastas portugueses	18.00	Comício no palco 25 Abril
	Encerramento	19.00	Apresentação de várias colectividades em ginástica, judo, esgrima e halterofilia
		22.00	Torneio de Futebol de Salão «Avante!» — masculino. Final.
		21.00	Torneio de Futebol Feminino «Avante!» — «poule» final
			Encerramento

As equipas que chegaram à fase final do torneio de futebol de salão (Masculino)

O torneio nacional de futebol de salão da Festa do «Avante!» contou este ano com cerca de 350 equipas, número superior ao registado no ano transacto.

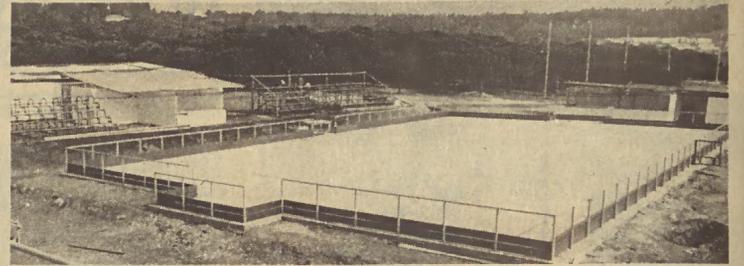
Embora disputado em todo o continente, o torneio teve maior expressão nas regiões de Setúbal e Lisboa, apresentando também boa participação no Alentejo e Beiras.

Após sucessivas fases de apuramento, são as seguintes as equipas que em cada grupo ficaram apuradas para a fase final, a disputar no polivalente da Cidade do Desporto, nos dias da Festa (Lisboa e Setúbal apuram duas equipas cada):

Grupo 1 (zona Norte) — vencedora do encontro a realizar no próximo sábado, dia 3, entre as equipas representantes do Porto e de Braga.

Grupo 2 (Beiras) — «Dentécnica», de Coimbra (B. Litoral).

Grupo 3 (Oeste e Riba-



tejo) — «U-13», de Leiria.
Grupo 4 (Lisboa) — «Juventude Vermelha-B» e SR Artística da Amadora.

Grupo 5 (Setúbal) — Montijo e Seixal.
Grupo 6 (Alentejo/Algarve) — «Os Cravos» de Faro.

No calendário que publicamos nesta página explica-se a forma como decorrerá a fase final, na Festa.

Calendário da Fase Final

DIA	HORA	JOGO	EQUIPAS	FASE
10 Setembro	14.00	A	Norte (!) — Beiras Lisboa «A» — Setúbal «A» Leiria — Lisboa «B» Algarve — Setúbal «B»	Quartos de final
	15.00	B		
	16.00	C		
	17.00	D		
11 Setembro	15.00	E	Vencedor do Jogo B — Vencedor do Jogo C Vencedor do jogo A — Vencedor do jogo D Vencedor do jogo E — Vencedor do jogo F	Meias Finais
	16.00	F		
	21.00	G		

As equipas devem apresentar-se junto do polivalente da Cidade do Desporto 30 minutos antes do início dos jogos

(!) — Para apuramento final da equipa representante do Norte, realiza-se no próximo sábado, dia 3, o jogo entre as formações finalistas do Porto (Centro Cultural da Sé) e de Braga

No próximo domingo

Ciclismo em Lisboa...



Por iniciativa da DORL do PCP realiza-se no próximo domingo, dia 4, em Lisboa, uma prova de ciclismo integrada nas actividades de promoção e divulgação da Festa do «Avante!» — 1983.

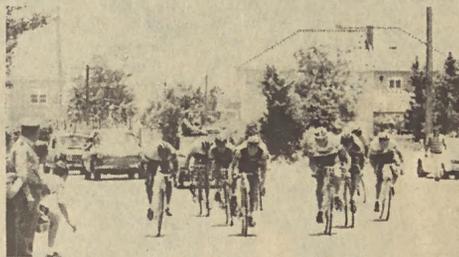
A prova destina-se às categorias de Seniores B e Juniores e decorrerá com a colaboração da Associação de Ciclismo do Sul.

Aqui ficam os pormenores sobre o percurso, os prémios, (incluindo metas volantes), subsídios e participação:

Percurso da Prova

• Partida simbólica — Olivais, junto ao Pão de Açúcar

• Partida real — Moscavide, junto ao Campo do Olivais e Moscavide, Sacavém, St.ª Iria de Azóia, Póvoa de St.ª Iria, Alverca, Cabeço da Rosa, Bucelas, Vale de S. Gião, Venda do Pinheiro, Louisa, Pinheiro de Loures, St.º António dos Cavaleiros, Odivelas, Av.



dos Bombeiros Voluntários, Paiã, Pontinha, Largo da Luz, 2.º Circular, Pina Manique, Cruz das Oliveiras, Alto da Ajuda — chegada junto ao restaurante Vinho Verde.

Prémios

• Haverá prémios colectivos e individuais.
• Colectivos — taças até à equipa 5.ª classificada.
• Individuais — taças até ao 5.º classificado.

1.º classificado — 3000\$00; 2.º 2500\$00; 3.º 2000\$00; 4.º 1500\$00; 5.º 1000\$00; 6.º 900\$00; 7.º 800\$00; 8.º 700\$00; 9.º 600\$00; 10.º 500\$00.

Metas volantes

1.º 500\$00; 2.º 300\$00;

3.º 200\$00; 4.º 100\$00; 5.º 100\$00.

Subsídios

• Gasóleo às equipas: mais de 60 km — 3000\$00; menos de 60 km — 2000\$00.
• Deslocação aos ciclistas: 250\$00.

Medalhas comemorativas da Festa

Até ao 40.º classificado.

Participação

Poderão participar todos os ciclistas na categoria de Seniores B e Juniores em representação de clubes ou a título individual.

... e Setúbal

No âmbito das actividades desportivas da Festa do «Avante!», a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP leva a efeito no próximo dia 4 de Setembro a I Corrida de Ciclismo para Veteranos, iniciativa que proporcionará, estamos certos, uma boa animação desportiva na cidade sadina, ao mesmo tempo que constituirá uma oportuna jornada de promoção da Festa do «Avante!».

Quanto a pormenores da Corrida, começamos pelo itinerário:

— Partida na Av. 5 de Outubro (frente ao Centro de Trabalho do PCP), Av. da Portela, Rua Cidade Magdaburg (Tebada), Hospital, Praça de Portugal, Av. Infante D. Henrique, Praça Olga Moraes Sarmiento, su-

bida para o Miradouro, passagem no Túnel, Av. Luísa Todi, 22 de Dezembro, Av. 5 de Outubro.

A I Corrida de Ciclismo para Veteranos em Setúbal, realização aberta ao convívio popular, tem um total de 28 quilómetros (três voltas ao percurso), com meta frente ao CT do PCP e atribuirá os seguintes prémios: taças aos três primeiros classificados, medalhas comemorativas da Festa do «Avante!» para todos os concorrentes, três taças para as primeiras equipas e ainda prémios para os primeiros em cada passagem pela meta.

Inscrições e informações sobre a iniciativa: no Centro de Trabalho do PCP, em Setúbal, na Av. 5 de Outubro.

«O Militante» n.º 100

Sai hoje um número especial de «O Militante», comemorativo do seu 50.º aniversário. Este número 100 de «O Militante» tem o dobro das páginas do número normal, uma apresentação diferente, papel de melhor qualidade e o seguinte sumário:

Um número especial — n.º 100 • Uma história com 50 anos • Características da organização que é preciso divulgar e defender • O Partido que somos • Importância das organizações concelhias — Funcionamento de uma Comissão Concelhia • A Assembleia — organismo superior de qualquer organização • Setenave — A célula da empresa e a defesa das nacionalizações • Reforma Agrária — uma necessidade histórica • A acção das massas populares na Revolução de 1976-1978 • «dêem uma oportunidade à Paz» • Sobre o movimento sindical • Luta dos pequenos e médios agricultores do Minho • Poder Local democrático — uma conquista de Abril, uma importante frente de trabalho • Intensificar a acção das mulheres pelas suas aspirações • O seu preço é de 50\$00.



Este número de «O Militante» não é abrangido pelas assinaturas. Para além de poder ser adquirido nos Centros de Trabalho do PCP, os assinantes terão

possibilidade de o receber em suas casas, mediante um pagamento suplementar, conforme é explicado em circular que lhes está sendo enviada.

Corrida Popular Avante!

Lisboa, Porto, Évora, Setúbal, Palmela, Moita, Barreiro, Montijo e Alcochete vão assistir, já no próximo dia 4 (domingo), a mais uma Corrida Popular «Avante!», iniciativa de crescente significado desportivo, que constitui também uma promoção e divulgação da Festa do «Avante!», ela própria uma Festa de Desporto.

Segundo o regulamento geral da Corrida, o mais importante é a participação, que terá depois a sua expressão numa classificação colectiva, somando os pontos atribuídos aos atletas: 1 ponto a todos os concorrentes masculinos até 40

anos de idade; 2 pontos aos concorrentes masculinos com mais de 40 anos de idade e às concorrentes femininas.

As classificações colectivas são de dois tipos: por colectividades (somando os pontos dos representantes de cada colectividade ou associação) e por localidades (somando os pontos de todos os concorrentes nessa localidade).

Serão atribuídos prémios pela organização nacional da Corrida Popular do «Avante!» às três localidades e às três colectividades mais pontuadas a nível nacional.

Xadrez na Festa com Mestre da Geórgia

Em Lisboa a Corrida inicia-se às 10 horas na zona de Alcântara-Mar. À mesma hora, arranca a de Évora, no Bairro do Frei Aleixo, com meta no portão das piscinas.

As 9 e 30 começam as de Setúbal e Palmela (partida e chegada no CT do Partido, na Avenida 5 de Outubro), e Porto (partida e chegada junto ao CT da Avenida da Boavista).

A Corrida da Moita tem início previsto para as 9 horas, na Rua 1.ª de Maio, na Baixa da Banheira.

Estão ainda previstas mais Corridas noutros locais, nomeadamente na região de Setúbal.

Elizbar Ubilava é o Mestre Internacional que este ano participa nas actividades do pavilhão de Xadrez da Festa do «Avante!».

Xadrezista experimental, com provas dadas na competição e no ensino da modalidade, E. Ubilava é treinador da selecção da Geórgia, República soviética com cerca de 5 milhões de habitantes e capital em Tbilisi.

A selecção de xadrezistas da Geórgia conquistou o 2.º lugar nas Spartakiadas dos Povos da URSS, que decorreram recentemente.

O Mestre Internacional Ubilava participará no Torneio e nas simultâneas da Festa do «Avante!», ficando, depois, mais uma semana em Portugal a convite da Federação de Xadrez, que está a preparar um conjunto de iniciativas variadas com a participação de Elizbar Ubilava, nomeadamente sessões especializadas com debate, jogos e convívios com xadrezistas portugueses.

Trabalhadores

Patronato à solta

Com o «lay-off» (suspensão do contrato de trabalho) o Governo pretende soltar as mãos ao patronato reaccionário para o «quero, posso e mando»

A aplicação de qualquer dos sistemas previstos no projecto de decreto-lei sobre suspensão do contrato de trabalho, eufemisticamente conhecido por «lay off» permitirá dar plenos poderes ao patronato para declarar o «estado de situação» das empresas, pretendendo todos os direitos dos trabalhadores e negando a sua intervenção organizada. A acusação partiu da CGTP e é fundamentada num parecer que considera materialmente inconstitucional o projecto de diploma.

Na opinião da CGTP, o referido projecto é «bem mais gravoso» que o anteriormente apresentado, em julho do ano passado pela extinta AD.

Muito embora o grande patronato venha tentando desenvolver esforços para retirar impacto às suas disposições e consequências, a verdade é que a gravidade do diploma é indiscutível e a sua aplicação permitiria ao patronato «seleccionar os trabalhadores, enfraquecer ou destruir a organização sindical e impedir o exercício dos direitos colectivos como sejam a greve, a contratação colectiva, a

actividade sindical na empresa, o controlo de gestão».

Conforme salienta a Comissão Executiva do Conselho Nacional da central sindical, tudo isto se verifica «sob o guarda chuva financeiro do Governo que financia por vias não controláveis e fiscalizáveis grande parte dos salários e subvenções a pagar aos trabalhadores suspensos».

Por outro lado, o regime proposto tem em vista os «despedimentos em massa», agravando o desemprego, ao mesmo tempo que concede «meios financeiros gratuitos ao patronato».

Segundo o comunicado, a suspensão do contrato colectivo de trabalho «só eventualmente se poderia justificar desde que houvesse um plano coerente de reconversão e desenvolvimento da economia portuguesa por forma a tornar efectivamente temporária a suspensão dos contratos de trabalho». Não é, contudo, nada disso que se passa, e a verdade é que este projecto-diploma resulta do «acordo negociado entre o Governo e o Fundo Mone-

tário Internacional (FMI) que «impede o próprio desenvolvimento do País».

E mesmo assim, para que esse sistema fosse aplicado, deveria de obedecer a certas características, a saber: ter um carácter excepcional; serem fixadas etapas para obtenção de objectivos concretos; ser de curta duração, aprofundar o controlo de gestão; controlar os dinheiros públicos pelo Estado e pelos trabalhadores; definir os direitos e deveres das partes; não fazer perigar os direitos dos trabalhadores.

Ora, ainda segundo a central sindical, o regime proposto pelo Executivo «não cumpre qualquer destes objectivos, antes os subverte».

Depois de salientar que o projecto não satisfaz, antes afronta, «todos os requisitos que justificam constitucionalmente a suspensão dos contratos de trabalho», a CGTP adverte que a sua aplicação levaria, mais cedo ou mais tarde, a que o trabalhador nessa condição fosse empurrado «para a perda de todos os laços que o prendiam ao seu posto de trabalho».

Comunicação social

Governo insiste na asfixia — alertam gráficos comunistas

«Os trabalhadores dos jornais estatizados estão a viver um período de grandes preocupações na sua vida económica e social», consideram os trabalhadores comunistas da indústria gráfica em comunicado recentemente emitido a propósito do estado de degradação a que chegaram diversas empresas do sector.

Classificando de asfixiante a política levada a cabo pelos conselhos de gerência e pelos sucessivos governos desde o PS «sozinho», o documento salienta que são eles os únicos responsáveis pela situação presente como é o caso do «Diário de Notícias» onde nunca foram levadas em conta as propostas de reestruturação e saneamento financeiro apresentadas pelos trabalhadores, e sempre lhe foi negado o «acesso ao controlo de gestão» e a tomada de posse do seu gestor eleito.

Depois de chamarem a

atenção para o facto dos governos liderados pelo PS mais parecerem «vocacionados» para liquidar jornais estatizados e empresas públicas, como aconteceu com o jornal «O Seculo» e o «Jornal do Comercio», na altura em que Manuel Alegre era responsável pela comunicação social, os comunistas da indústria gráfica notam que sete anos depois «uma ofensiva parece concertada contra a EPNC».

A situação de crise que é anunciada nesta empresa e que tem levado ao «não cumprimento das suas obrigações para com os trabalhadores» mais não é, salienta o comunicado, do que uma forma de «camuflar a irresponsabilidade» de quantos têm estado à frente dos destinos da comunicação social.

E interrogam-se: «Depois do jornal «O Seculo», da ofensiva contra a ANOP, o «Diário de Notícias», qual é o



que se vai seguir?».

As várias «illegalidades», como a retirada de direitos e regalias aos trabalhadores que entretanto se vêm registando na empresa pública «Diário Popular», mereceram também o

repúdio do organismo dos trabalhadores da indústria gráfica do PCP que insiste, a concluir, que a «instabilidade» e o «não pagamento de salários» aos trabalhadores não conduzirão a solução nenhuma e que

esta só poderá ser encontrada pela tomada de «medidas adequadas que levem ao aproveitamento dos recursos e capacidades», tal como são apontadas pelos órgãos representativos dos trabalhadores.

Solução para ANOP terá de salvaguardar postos de trabalho

— reafirmam sindicatos do sector

Qualquer decisão que venha a ser tomada deve «levar em conta o parecer dos representantes dos trabalhadores da ANOP sobre a solução mais adequada para salvaguarda dos postos de trabalho e da liberdade e pluralismo da informação». Esta, a posição dos sindicatos ligados ao sector da comunicação social tornada pública após uma recente audiência com o secretário de Estado Anselmo Rodrigues.

No decorrer da reunião os Sindicatos dos Jornalistas, Telecomunicações, Gráficos e Escritórios solicitaram ao Governo a divulgação pública da proposta de resolução do caso ANOP e exigiram participar na discussão desse documento.

Para os sindicatos é absolutamente indispensável, conforme refere um comunicado, a sua presença no debate da proposta do Governo, quer no que diz respeito estritamente à agência, quer no «plano alargado da definição do seu papel no âmbito da comunicação social estatizada».

Depois de advertir o Governo para a «gravidade de decisões que desrespeitem os direitos elementares dos trabalhadores», situação que poderá «brigir os sindicatos a decidir formas de luta», o comunicado informa que foi decidido iniciar a preparação de um encontro de organizações representativas dos trabalhadores do sector a realizar brevemente.

Conselho de Informação reúne hoje

Entretanto, uma proposta de solução para os problemas da ANOP, apresentada por um grupo de trabalho do Conselho de Informação para aquela agência, irá ser discutida e votada hoje em reunião daquele Conselho.

Como é sabido, em reunião realizada na passada semana,

os representantes do PS, PSD e CDS no Conselho de Informação para a ANOP inviabilizaram a discussão da referida proposta ao abrigo do regimento.

Na proposta, elaborada na base de uma investigação à situação da empresa, o grupo de trabalho considera que enquanto não for definitivamente aprovado o plano de reestruturação da ANOP o Governo deve assegurar o seu normal funcionamento e assumir as suas responsabilidades pelos débitos acumulados que resultam do facto da agência não ter sido dotada a tempo e horas com os meios financeiros a que legalmente tinha direito.

O referido grupo chamou também a atenção do Governo para a necessidade de serem atribuídas, o mais rápido possível, as verbas necessárias que permitam o seu funcionamento pleno e o pagamento regular dos salários aos trabalhadores.

Por outro lado, foi considerado indispensável a criação de uma comissão constituída, entre outros, pelos trabalhadores, conselho de gerência da ANOP e sindicatos do sector que até ao fim do ano, no máximo, apresente soluções para a reestruturação da agência.

Direito ao trabalho

Também a Federação Sindical da Celulose, Papel, Gráficos e Imprensa exigiu do Governo em comunicado tornado

público no início da semana uma solução que viabilize a ANOP, no respeito pelo «direito ao trabalho, à liberdade e pluralismo de informação».

Considera aquela Federação ser inadmissível que o Governo «contra a opinião nacional e internacional» esteja a estudar soluções que de uma ou outra forma passem por despedimentos e pela alteração da natureza da agência.

Depois de exigir ao Executivo que assumisse as suas responsabilidades, «dotando a empresa de condições financeiras mínimas que permitam a continuação da sua actividade», o comunicado salienta que o ataque contra a ANOP iniciado pela AD e agora prosseguido pelo PS e PSD, contrariamente às promessas eleitorais feitas» vem na sequência da «ofensiva global contra o sector público, as liberdades democráticas e os direitos dos trabalhadores».

A este propósito, lembra ainda o comunicado que o «Governo PS/PSD propagandista até à exaustão as virtudes do diálogo social» mas sempre que tem de enfrentar «os problemas e reivindicações concretas dos trabalhadores deixa cair a máscara e torna claro os interesses de classe que defende e os seus objectivos de vergar os trabalhadores pela fome e repressão».

As recentes declarações do ministro Almeida Santos sobre a existência de alegados trabalhadores excedentários nas empresas de comunicação e a necessidade do Estado deixar de atribuir subsídios mereceu também um comentário da Federação que salienta que o «Governo não faz quaisquer estudos sobre as empresas envolvidas», para além de que «em qualquer país a actividade informativa, salvo raras excepções, além de não dar lucros exige apoios financeiros».

«A informação é um serviço público que, como tantos outros, tem que ser minimamente financiado pelo Estado — concluiu a Federação Sindical da Celulose, Papel, Gráficos e Imprensa».

Despedimentos na EPNC

«Em vez de tomar decisões claras sobre a viabilidade da empresa o Governo optou por se remeter a um silêncio propício a manobras mais ou menos obscuras», lê-se num comunicado aprovado pelos jornalistas do «Diário de Notícias» reunidos em plenário para analisar a situação presente na Empresa Pública Notícias Capital.

Os jornalistas consideram que tal situação resulta de um

plano que tem em vista «um despedimento massivo de trabalhadores», «afectar a imagem do jornal» e «por em risco a liberdade de informação».

Recorde-se que o ministro de Estado Almeida Santos em declarações recentes afirmou existirem no sector da comunicação social cerca de 2500 trabalhadores excedentários, 500 dos quais na EPNC.

No comunicado os jornalistas manifestam ao Governo a «sua preocupação pelas condições que determinaram a situação de ruptura financeira da empresa» e que alegadamente estará na base da informação do Conselho de Gerência da EPNC de que no passado mês os trabalhadores só receberiam 10 mil escudos.

Para os jornalistas a responsabilidade pela situação de ruptura da empresa é dos governos constituídos desde 1976, data da constituição da empresa, «por não terem aplicado as medidas então determinadas por lei para viabilizar a EPNC, nomeadamente a consolidação dos passivos».

Depois de afirmarem estar cientes de que «a situação em que a EPNC tem vivido não pode continuar» os jornalistas advertem, no entanto, que serão recusadas «qualquer tipo de medidas que visem torná-la vulnerável às apetências do Poder».

Combate à corrupção começa pelo exemplo do Governo

— lembram sindicatos da F. Pública

A comissão negociadora sindical (CNS) da Frente Comum da Função Pública manifestou a sua apreensão face ao silêncio do Governo relativamente a uma audiência que lhe foi solicitada há cerca de dois meses, considerando que tal atitude significa «objectivamente uma ausência de diálogo que contraria frontalmente anteriores declarações de intenção».

Passando em revista alguns aspectos da política do actual Governo com implicações no sector da administração pública, nomeadamente «as consequências orçamentais da assinatura da 'carta de intenções' com o FMI e a política de emprego», a Frente Comum concluiu que a aplicação de tal política provocou «aumentos brutais dos preços, diminuição acentuada dos salários reais, cortes nos investimentos, diminuição das despesas públicas com os sectores sociais, falências das empresas de pequena dimensão, aumento do de-

semprego, diminuição da capacidade produtiva do País».

Manifestando a sua total discordância com esta política que considera ser «a cura da doença pela morte do doente», a Frente refere no comunicado que actuará por «todos os meios» no sentido de mobilizar os sindicatos que a integram para o combate a estas medidas «que só agravarão a situação dos trabalhadores e degradarão ainda mais os serviços públicos essenciais».

As intenções do Governo de combater a corrupção na administração pública mereceram também a atenção dos participantes na reunião, tendo a esse respeito lembrado uma carta anteriormente dirigida ao Primeiro-Ministro onde se afirmava que «são do conhecimento geral algumas das situações de paralisia da administração, de compadrios e clientelismos na escolha de quadros dirigentes, na marginalização de centenas de técnicos qualificados, na ausência de

resposta a prementes necessidades sociais em domínios como a habitação, a saúde, a educação, o planeamento e a coordenação económica».

«Com a autoridade que lhe advém das suas posições anteriores — sublinha a CNS — a comissão negociadora sindical afirma todavia que o combate à corrupção começa pelo exemplo e isenção dos governantes». A este respeito, acrescenta o comunicado, tal não se tem verificado, «assistindo-se a todos os níveis do aparelho de Estado à mais despodorada partilha de lugares e ao tráfico de influências com total desprezo por critérios de competência».

A CNS defendeu, por último, a aplicação das propostas sindicais contidas nas 12 medidas necessárias para a administração pública, uma das quais é a exigência de um reajustamento salarial de dez por cento com retroactividade a 1 de Junho e validade até Dezembro.

Setenave nacionalizada há oito anos

Luta pelo trabalho e emprego

Iniciadas na passada segunda-feira com uma largada de balões onde se inscreviam as principais reivindicações dos trabalhadores encerram hoje as comemorações do oitavo aniversário da nacionalização dos estaleiros navais Setenave.

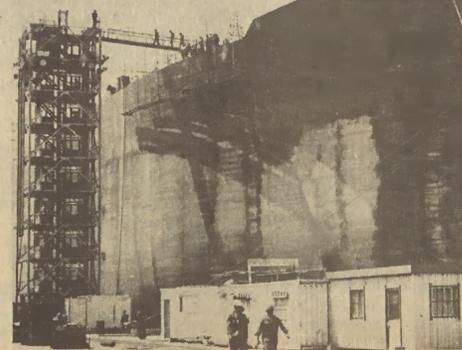
A iniciativa, que decorre sob o lema da luta pelo trabalho e pelo emprego, partiu dos trabalhadores daquela empresa que para o efeito organizaram um programa no qual se prevê para hoje uma Assembleia Geral a que foi convidado a assistir o general Vasco Gonçalves, Primeiro-Ministro à data da nacionalização.

Os trabalhadores da Setenave — que ainda bem recentemente deram mostras da sua capacidade e empenho ao concluir antes do prazo estabelecido o superpetroleiro S-106 — consideraram a propósito da efeméride que é possível garantir o trabalho para a empresa, designadamente através da restauração das frotas de pesca e mercante nacionais, actualmente bastante degradadas.

Dessa forma, sublinham, seria possível poupar largos milhões de contos de divisas ao País (só este ano prevê-se um gasto entre 70 a 80 milhões de contos de afretamentos de na-

vios ao estrangeiro que se vêm juntar aos 160 milhões gastos de 1976 a 1982) verbas essas que poderiam ser canalizadas para financiar a actividade da construção naval portuguesa.

Para os trabalhadores da Setenave a crise internacional do sector que os conselhos de gerência e os sucessivos governos têm invocado não pode servir de argumento para quaisquer despedimentos dado que em Portugal, ao contrário de outros países, não existe capacidade excedentária ao nível da marinha mercante que no nosso caso apenas transporta 10 por cento do comércio externo português.



Despedimentos na MDF Patronato quer ver se é desta

Em resultado de uma «estratégia global de chantagem e miséria» arquitetada por um governo servil aos «interesses do FMI e do grande patronato» paira sobre os trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF) a ameaça de despedimentos. Quem o afirma são as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) em comunicado recentemente divulgado onde se dão conta das acções que actualmente estão a ser desenvolvidas com vista a impedir a consumação desse plano.

Começando por historiar a situação de «angústia e incerteza» em que vivem há quase dez anos os trabalhadores da MDF e suas famílias, período esse durante o qual os sucessivos governos ameaçaram ciclicamente com o encerramento da empresa ou com o despedimento de centenas de trabalhadores, o documento subscrito pela Comissão de Trabalhadores e pelo Sindicato dos Metalúrgicos refere que já em 1978 o então primeiro-ministro

Nobre da Costa falava em 700 despedimentos como o número «mínimo necessário para viabilizar a empresa», nessa altura intervencionada.

Mas foi a partir de Dezembro de 1979, data em que a MDF foi entregue ao patronato com uma dívida de três milhões de contos, dos quais cerca de metade provinha de antes do 25 de Abril, que os problemas se agravaram.

O patronato, com o intuito de iludir os mais incautos, tratou de organizar uma «gigantesca campanha publicitária» em que prometeu mundos e fundos, garantindo que «jamais faria qualquer despedimento». Segundo os ardilistas a que certo patronato nos habituou, foi recebendo do Estado quantias que atingiram os 300 mil contos, enquanto organizava «festas caríssimas», subsidiava jogos de futebol e corridas de automóveis, tudo para em nome da «sagrada Iniciativa Privada», fazer crer que estava a operar «milagres» e que tudo quanto se dissesse

em contrário «era obra dos comunistas e dos sindicatos da CGTP».

Tudo isto não passou contudo de um monumental «bluff». Com efeito o patronato foi absolutamente incapaz de resolver os problemas da empresa, tendo a sua gestão levada a que a dívida tenha ultrapassado largamente os cinco milhões de contos, ao mesmo tempo que crescia nos trabalhadores o «espectro da fome e da miséria», males esses de que a administração está livre, já que, como denunciaram os trabalhadores, trataram de criar duas novas empresas.

Depois de exortarem os trabalhadores da MDF a manterem-se firmes e unidos, «a não darem ouvidos aos boatos» em que aposta o patronato para alimentar a «confusão e a divisão» as ORT's da Metalúrgica Duarte Ferreira apelaram à solidariedade da população do Tramagal para com a sua justa luta por um «futuro digno e livre da fome e da exploração».

Internacional

Mais uma proposta de Paz

Novamente o silêncio por resposta?

Vale a pena lembrar, uma vez mais: a União Soviética comprometeu-se oficialmente, perante os povos do mundo, a não ser a primeira a utilizar a arma nuclear. Ao convite, repetido por povos e organizações internacionais, para que tal exemplo fosse seguido por outras potências nucleares, a resposta dos EUA e da NATO foi o silêncio. Não sabemos se para «estudo»...

Ainda não há duas semanas a União Soviética tomou a iniciativa de garantir que não será a primeira a colocar armas anti-satélite no espaço. Entretanto dos Estados Unidos vem a notícia de que até a fim deste mês será testada a sua nova arma anti-satélite. Quanto à iniciativa soviética, o silêncio.

Há apenas alguns dias o presidente soviético, Yuri Andrópov, divulgou mais uma proposta da URSS: «Em caso de obtenção de acordo mutuamente aceitável que inclua a renúncia dos Estados Unidos à instalação na Europa dos novos mísseis, a União Soviética, além de reduzir os seus mísseis de médio alcance na parte europeia do país até ao nível correspondente ao total dos mísseis da Grã-Bretanha e França, destruirá todos os mísseis sujeitos a redução. Neste caso, seria também des-

mantelado um número significativo dos mísseis mais sofisticados, conhecidos no Ocidente sob o nome dos SS-20.

A resposta ocidental é o «sim, mas...». Ou seja — a proposta soviética é considerada «positiva», claro (é difícil afirmar que é negativa). Mas naturalmente fica para «estudo».

E, como sempre é «insuficiente»...

É esta a tática normal, ou melhor dizendo — a forma de sabotagem de quaisquer caminhos rumo ao desarmamento e a paz. Em «estudo» está quase há dois anos a proposta da URSS de acabar com todas as armas nucleares na Europa. Entretanto, o que se prepara

aceleradamente é a instalação dos novos mísseis norte-americanos na Europa, como se Genebra de há muito já estivesse enterrada (na verdade é essa a perspectiva de Washington, desde o início).

E não só de novos mísseis se trata. Como também de armas químicas, da militarização do espaço. E da presença militar por todo o planeta. E aqui cabe um destaque para alguns números provenientes dos próprios Estados Unidos: 43% de todas as forças terrestres norte-americanas estão no estrangeiro. Assim como 14 dos seus 39 aviões «Awacs», cinco dos doze grupos de porta-aviões, mais de 30% dos navios da marinha de guerra. Para não falar já das chamadas manobras militares na América Central, que de manobras nada têm, tratando-se de facto de ingerência e pressão político-militar. As pretensões ao domínio mundial são evidentes.

Só que a realidade não se molda aos esquemas — esses sim, bem estudados — elaborados pela Casa Branca e o Pentágono.

A própria política do imperialismo, e o flagrante contraste com a política externa da União Soviética (apesar da barragem sistemática de desinformação e calúnia), a acção das forças progressistas, gera-

ram um imenso movimento pela paz. A paz é hoje uma reivindicação popular permanente.

E assim temos os 300 mil manifestantes que em Washington comemoram o 20.º aniversário da marcha de Luther King exigir dinheiro para trabalho e não para bombas, a não ingerência na América Central como no Chade, enquanto se afirmava na intervenção do presidente da comissão organizadora da marcha que «a corrida armamentista ameaça não apenas a sobrevivência da humanidade mas a revitalização da nossa economia».

Enquanto na RFA, um dos principais alvos dos EUA, no que respeita à colocação dos seus novos mísseis, 75,5% da população se pronuncia contra essa pretensão dos EUA e da NATO, o que inclui a maioria esmagadora dos simpatizantes dos partidos no poder. E é justo salientar que, como os comunistas oeste-alemães oportunamente destacaram, a vitória eleitoral da democracia-cristã não representou qualquer aval a uma política militarista ou à instalação dos novos mísseis nucleares.

Factos que se registam neste mesmo mês em que um pouco por todo o mundo — e nomeadamente nos EUA — se

concretizou a Semana de acção pela proibição do armamento nuclear (6-13 de Agosto).

A intransigência da URSS e da comunidade socialista na defesa da paz — a que se soma a batalha dos povos pela paz e a liberdade — é factor determinante na barreira às pretensões hegemónicas do imperialismo.

«A nossa flexibilidade tem limites, impostos pelos interesses de segurança da União Soviética e dos seus aliados — destacou Iuri Andrópov. — se a posição dos Estados Unidos nas conversações continuar a ser pouco construtiva e unilateral e se for concretizada a instalação na Europa dos Pershing e Cruise norte-americanos, nós teremos que adoptar contra-medidas para assegurar o equilíbrio de forças no âmbito regional, europeu e global. Ninguém deve ter dúvidas a esse respeito».

A realidade nada tem a ver com os esquemas do Pentágono. A superioridade não será obtida. Mas hoje, a cegueira política que dita tais esquemas — e que é própria da lógica do imperialismo — pode ter o preço do holocausto. No exacto momento em que a conquista da paz é finalmente possível — porque o equilíbrio não poderá ser alterado.

Nacional



Marchas da Paz em Outubro

Contra as armas nucleares em Portugal e no mundo

«Não aos novos mísseis na Europa! Não às armas nucleares em Portugal! Não às armas nucleares a Leste, a Oeste, em todo o Mundo! Sim a negociações efectivas de desarmamento! Sim ao desarmamento geral, simultâneo e controlado!»

Estes os lemas que proclamaram por todo o país, participando assim na Semana Mundial de Desarmamento, os portugueses alertados para o perigo da guerra nuclear. Estes os lemas propostos pelo numeroso grupo de personalidades que mais uma vez em Portugal toma a iniciativa a favor da paz e que, na passada segunda-feira, lançou um apelo às associações cívicas, religiosas, culturais, sindicais, às escolas, aos órgãos de comunicação social, às forças políticas, às autarquias, aos órgãos de soberania, para que promovam iniciativas que assinem em Portugal a Campanha Mundial pelo Desarmamento e, em particular, a celebração do Dia Internacional da Paz, proclamado pela ONU, em 20 de Setembro, e da Semana Mundial do Desarmamento, de 22 a 29 de Outubro.

Em Conferência de Imprensa presidida por Rui Grácio, que se encontrava acompanhado por Silas Cerqueira, Gualter Basílio, Vasco de Castro e Jorge Grave, foi divulgada uma declaração-apelo que reunirá o apoio da maior parte dos signatários que, em 1981, lançaram o abaixo-assinado «Não às Armas Nucleares em Portugal» e que recolheu posteriormente mais de duzentas mil assinaturas.

Sublinha o documento divulgado que se não forem suspensos a tempo os planos de instalação na Europa, a partir do fim do presente ano, de novos mísseis nucleares de primeiro ataque, e a subsequente inevitável instalação de idêntico sistema de resposta automática — tal é a lógica interna da corrida armamentista — ficará drasticamente reduzido a 5 minutos o tempo de deflagração, sem retorno possível, de uma guerra nuclear. A espiral em aceleração ascendente da corrida aos armamentos poderá, assim, vir a escapar a todo o controlo racional. A Humanidade estaria, então, à beira daquele holocausto atómico que levaria «os vivos a invejarem os mortos».

Depois de assinalar que o acentuado crescimento, no período actual, de iniciativas, acções e movimentos pela Paz, múltiplos e os mais diversos, convergindo na mais larga e poderosa corrente da opinião pública mundial contra o perigo de guerra, conduzirá por certo à rejeição pelos povos da nova escalada na corrida aos armamentos, a proclamação constata:

Também em Portugal cresce um amplo movimento de opinião pública pela prossecução de fins tão eminentemente humanos, em natural consonância com o sentimento dos outros povos e numa justa interpretação do interesse nacional, que se traduz igualmente na recusa de qualquer nuclearização militar do território pátrio.

Foi ainda sublinhado pelos promotores do encontro com a imprensa que, para além de múltiplas iniciativas que se preparam e que vão decerto ainda surgir pelo país, estão já marcadas Marchas da Paz para o dia 29 de Outubro, nas cidades de Lisboa e Porto, Évora e Beja.



Africa Austral

Os difíceis caminhos da independência

A propósito da comemoração do dia da Namíbia e das conversações que o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, manteve sobre o problema da independência daquele território ilegalmente ocupado pela África do Sul, o Estado racista voltou a tentar fazer do estacionamento de tropas cubanas em Angola moeda de troca para a resolução da questão namibiana. Não foi preciso mais para que a imprensa reaccionária portuguesa, com especial destaque para a RTP, em jeito de «serviço à paz» na região, procurasse fazer crer que a solução dos problemas da África Austral se encontra nas mãos dos dirigentes angolanos. A África do Sul, vestida com o manto da inocência, nada mais fazia do que mostrar a sua «boa vontade».

A própria viagem e o objectivo oficial do secretário-geral das Nações Unidas, quanto mais não fosse, desmentiria que a questão da independência da Namíbia estivesse alguma vez ligada à presença de forças militares cubanas em Angola. A visita de Cuellar à África do Sul, a Namíbia, a Angola, inseriu-se no âmbito da resolução n.º 435 da ONU, votada em 1978 e que prevê tão só a instauração de um cessar-fogo na Namíbia, a retirada progressiva das tropas de ocupação sul-africanas e a organização de eleições livres sob o controlo da ONU.

As intenções dos governantes sul-africanos, porém, têm sido claras a respeito do futuro que desejam para o território — ou a continuação da dominação pura e simples ou a alteração do seu estatuto mediante o reconhecimento internacional de partidos fantoches criados pelo regime de Pretória. A ONU, porém, apenas reconhece como legítimo representante do povo da Namíbia,

a SWAPO — Organização dos Povos do Sudoeste Africano — que se bate contra a ocupação do território pelas forças sul-africanas.

Embora considerando «as graves consequências que mais um atraso provocaria» nas negociações, o primeiro-ministro sul-africano afirmou «não ter ilusões quanto à complexidade dos diferendos em suspenso». Eufemismo para significar que a África do Sul, apoiada pelos Estados Unidos, não pretende contribuir para a independência da Namíbia nem para a paz na região. Pretende sim consolidar as suas posições no território a partir do qual não têm cessado os ataques aos países da linha da frente, nomeadamente a Angola.

Repressão e agressão

No momento em que se comemora o dia da Namíbia — em 26 de Agosto —, que assinala a data do início da luta ar-

mada contra a ocupação sul-africana, em 1966, perto de cem mil soldados da África do Sul enfrentam os guerrilheiros da SWAPO, mantendo dois terços do território em estado de sítio e o norte do país convertido em teatro de guerra. Na repressão aos namibianos — basta ser simpatizante da SWAPO ou considerado como tal para um cidadão ser eliminado sem inquérito ou julgamento — os racistas sul-africanos não estão só. Tal como o Estado sul-africano beneficia do apoio político dos Estados Unidos e outros do ocidente — e não só político pois apurou-se que cerca de 3600 empresas ocidentais têm negócios com aquele país, destacando-se as empresas originárias dos EUA, da Grã-Bretanha, da RFA e da França, além de outras em menor número da Holanda, Austrália, Canadá, Japão e Israel — também o Estado racista beneficia da ajuda dos fantoches da UNITA e de mercenários recrutados na Europa Ocidental, em Israel e no Chile, que participam no «deslocamento do Norte» que actua junto à fronteira com Angola.

Mas a repressão não tem abrandado a resistência. Apesar da ferocidade das tropas racistas, do seu alto poder de fogo, dos meios técnicos e equipamento sofisticado, apesar da utilização de «batalhões étnicos», formados por elementos de diferentes tribos da Namíbia, onde a África do Sul tenta o tribalismo e as divisões entre a população de

pouco mais de um milhão de pessoas, a SWAPO tem registado importantes vitórias. Segundo dados publicados pelo Exército Popular de Libertação da Namíbia, mais de 800 operações foram lançadas no ano passado contra os ocupantes, tendo os sul-africanos perdido 2870 soldados. A zona de combates engloba hoje mais de metade do território.

Sam Nujoma, o presidente da SWAPO, afirmou em conferência de imprensa realizada em Luanda no dia 26 de Agosto, referindo-se aos recentes êxitos alcançados que os combatentes namibianos realizaram nos últimos tempos uma série de operações de grande envergadura contra os ocupantes, havendo, nomeadamente, feito parar a central hidroeléctrica de Ruakana que alimentava empresas mineiras de companhias multinacionais do ocidente.

As pressões

Os factos desmascaram completamente a «boa vontade» sul-africana em atingir uma plataforma para negociar a paz na região e para reconhecer a independência da Namíbia. Os factos são, por exemplo, as constantes agressões à Angola que registam nova escalada, ao mesmo tempo que as tropas racistas preparam uma nova ofensiva. Aqui também o imperialismo não se limita ao apoio político à África do Sul. A origem do armamento utilizado contra o Estado angolano fala por si.

Não tinham passado semanas sobre o ataque a Cambanga quando um grupo de comandos sul-africanos foram desbaratados pelas FAPLA, quando tentavam sabotar a via férrea de Moçâmedes. O grupo, helitransportado, infiltrou-se em território angolano a partir da Namíbia e acabou por ter de abandonar no terreno diversos armamentos e equipamento militar sofisticado. Ao mesmo tempo, na província de Benguela, a Organização de Defesa Popular desmantelava um bando de contra-revolucionários e de mercenários, causando-lhe onze mortos e fazendo nove prisioneiros. O grupo desmantelado infiltrara-se também a partir da Namíbia, com material de procedência sul-africana e deixou no caminho um rasto de terror.

Falando à imprensa no passado sábado, o presidente angolano José Eduardo dos Santos afirmou não ser de excluir que nos planos da África do Sul «estejam agora previstos ataques contra áreas que se encontrem mais a norte de Cambanga», a mais de 500 quilómetros da fronteira com a Namíbia. A previsão é baseada no facto de a aviação racista ter efectuado voos de reconhecimento em Cahama e no Cuvélai, e o presidente acrescentou que o objectivo visado é o de «ocupar terreno pela força para entregar aos fantoches angolanos».

«O objectivo da África do Sul», sublinhou José Eduardo dos Santos, «é derrubar o Go-

Chade, uma história de neocolonialismo

Três mil soldados franceses. Aviões, artilharia, mísseis anti-aéreos. Os dez tanques de combate que vêm a caminho, de Paris para a capital chadeana, N'Djamena. Mais um carregamento de armas, neste caso de procedência norte-americana. Para não falarmos dos mercenários, presentes no Chade, como sempre que se impõe defender posições arcaicas do neocolonialismo. A somar às tropas zairenses, armadas e treinadas, já não só pela Bélgica e pela França, como mais recentemente por Israel. Tudo isto — claro está — em nome da defesa da paz, em nome do Chade, em nome da necessidade de fazer face a uma «invasão», que no caso é referida como sendo da Líbia, como outras vezes se invocou o pretexto de Cuba ou da União Soviética. Um novo foco de tensão está criado. Mais uma situação dramática para o povo que a sofre, perigosa para o continente e para a paz mundial. Porquê?

Vale a pena lembrar aqui uma história de há poucos anos. Uma história que se poderá considerar exemplar.

Na primeira quinzena de Maio de 1978, na província de Shaba, no Zaire, registou-se um levantamento armado contra um governo que tinha conduzido o país a uma situação catastrófica (que hoje se mantém, naturalmente ainda agravada). A reacção popular de apoio ao levantamento e as perdas militares oficiais tornavam claro que a situação evoluía a desfavor do governo.

Dá-se então a intervenção. Por razões «humanitárias», para «evitar uma tragédia ainda maior», invocando mesmo, como de costume, uma suposta participação soviético-cuba-

na nos acontecimentos. A 19 de Maio é o desembarque franco-belga na cidade de Kolwezi e o levantamento armado é esmagado. Mostrando bem que reais intenções «humanitárias» moveram as tropas destes países da NATO, registre-se um facto: Bruxelas protestou — invocando as «relações privilegiadas da Bélgica com o Zaire» — por os legionários franceses se terem precipitado na ocupação do centro mineiro de Kolwezi.

O que hoje se está a passar no Chade insere-se na mesma lógica. O que aliás acaba por ser confirmado pelo próprio presidente francês, Mitterrand, quando na entrevista concedida ao «Le Monde», e a propósito da política africana se-

guida pela França antes e depois de Maio de 81, afirma: «Se o método muda, o objectivo é o mesmo, ou seja, preservar o papel e os interesses da França (...). Sem esquecer o considerável esforço económico que assumimos em África».

Falando mais claro, o ditador zairense Mobutu, declara em entrevista à «Newsweek»: «a posição dos EUA é partilhada pela posição francesa porque são os interesses franceses que se encontram mais ameaçados no Chade».

E aqui entramos no âmbito da questão chadeana. Porque o problema do Chade é o problema dos países independentes de África que não se libertaram de facto das múltiplas e diversas formas de colonialismo. E que ao peso do domínio colonial, e a correspondente pauperização nacional, somam hoje o peso do domínio neocolonial.

Para compreender o que representa, hoje ainda, a herança colonialista, basta citar dois números: a taxa de escolarização é de 15%, uma das mais baixas do continente; o consumo diário per capita de calorías está muito abaixo dos níveis recomendados pela FAO.

Quando ao que significa a exploração neocolonialista, é de referir, que apenas entre

1969 e 75, a exportação de lucros dos países independentes de África quase duplicou os investimentos estrangeiros entretanto efectuados.

Assim se compreende os interesses que a França, os Estados Unidos, como a Bélgica ou a Grã-Bretanha, têm a defender no continente africano. Naturalmente com o apoio de uma burguesia africana, dependente das multinacionais com sede na velha potência colonial; com o apoio de governos que, oportunamente, são defendidos contra levantamentos de protesto. Mesmo através de intervenções armadas directas, como os factos uma vez mais comprovam.

No caso concreto do Chade, como aliás no de muitos países africanos, a situação complica-se ainda com a diversidade de etnias, realidade geográfica, evolução histórica, religiões, agrupados num mesmo país.

O que é o problema Chade?

O Chade nasceu de um acordo entre a França e a Grã-Bretanha. Há 20 grupos étnicos num país que tem cerca de quatro milhões e meio de habitantes. As diferenças religiosas — 52 por cento da população é muçulmana e 43 por cento (fundamentalmente no

sul do país) é animista-cristã — sempre foram exploradas pelos colonizadores, como posteriormente por governos que estavam longe de defender os interesses populares. Factos que se reflectem também na luta que se trava hoje. Posteriormente à independência (Agosto de 1960), a intervenção político-militar da França (e naturalmente económica) é permanente, intensificando-se a partir de 1967, quando da descoberta de importantes jazigos de minério no país, nomeadamente de urânio. Todos os processos têm sido utilizados para impedir a estabilização de um poder que de alguma forma se oponha à exploração neocolonialista do país. Daí a instabilidade permanente, a inviabilização dos esforços que têm sido feitos a nível do continente para resolver em termos políticos, e sem ingerências externas, os problemas do povo chadeano.

Em Agosto de 1977, os Acordos de Lagos abriram caminho à criação, em Novembro, do Governo Provisório de Unidade Nacional (GUUNT), encabeçado por Weddei, e que então ainda incluía também Habré, que se revelou um assinalável instrumento do neocolonialismo. Hoje uma vez mais se registam esforços, por parte da OUA, neste momento sob a